

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Relatório da Administração	20
----------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	114
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	117
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	118
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	119
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	120
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	190.591.464
Preferenciais	0
Total	190.591.464
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.627.273
Preferenciais	0
Total	1.627.273

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	8.730.333	7.379.589
1.01	Ativo Circulante	6.312.813	5.193.058
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	548.553	370.926
1.01.02	Aplicações Financeiras	409.111	1.259.553
1.01.03	Contas a Receber	2.024.685	1.233.983
1.01.04	Estoques	2.790.726	1.953.963
1.01.06	Tributos a Recuperar	299.746	198.894
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	239.992	175.739
1.01.08.03	Outros	239.992	175.739
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	193.635	99.985
1.01.08.03.02	Outros Ativos	46.357	75.754
1.02	Ativo Não Circulante	2.417.520	2.186.531
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	711.353	743.458
1.02.01.04	Contas a Receber	7.571	4.741
1.02.01.07	Tributos Diferidos	171.488	219.321
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	532.294	519.396
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	150.624	166.033
1.02.01.10.04	Outros ativos	32.442	42.464
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	349.228	310.899
1.02.02	Investimentos	455.165	389.877
1.02.02.01	Participações Societárias	455.165	389.877
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	146.703	78.530
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	308.462	311.347
1.02.03	Imobilizado	749.463	567.085
1.02.04	Intangível	501.539	486.111

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	8.730.333	7.379.589
2.01	Passivo Circulante	5.335.635	4.102.433
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	250.792	231.820
2.01.02	Fornecedores	4.068.459	2.898.025
2.01.03	Obrigações Fiscais	135.384	81.196
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	130.685	434.294
2.01.05	Outras Obrigações	750.315	457.098
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	125.353	89.486
2.01.05.02	Outros	624.962	367.612
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	182.000	64.273
2.01.05.02.04	Receitas a Apropriar	39.157	41.566
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	403.805	261.773
2.02	Passivo Não Circulante	1.091.826	1.203.179
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	323.402	437.204
2.02.04	Provisões	377.444	297.138
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	377.444	297.138
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	390.980	468.837
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	390.980	468.837
2.03	Patrimônio Líquido	2.302.872	2.073.977
2.03.01	Capital Social Realizado	1.719.886	1.719.886
2.03.02	Reservas de Capital	-34.840	23.139
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.015	-13.955
2.03.02.07	Reserva de Capital	52.175	37.094
2.03.04	Reservas de Lucros	612.495	328.293
2.03.04.01	Reserva Legal	65.645	39.922
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	546.850	288.371
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.331	2.659

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.385.737	11.799.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.941.965	-8.305.003
3.03	Resultado Bruto	4.443.772	3.494.024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.381.517	-2.658.397
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.713.474	-2.095.278
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-719.755	-645.451
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-557.944	-503.352
3.04.02.02	Depreciação	-161.811	-142.099
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-59.737	-41.914
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	49.608	32.224
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.841	92.022
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.062.255	835.627
3.06	Resultado Financeiro	-277.018	-359.518
3.06.01	Receitas Financeiras	149.528	159.363
3.06.02	Despesas Financeiras	-426.546	-518.881
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	785.237	476.109
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-187.808	-87.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	597.429	389.022
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	597.429	389.022
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,16200	2,20300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	3,13700	2,18600

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	597.429	389.022
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.672	1.457
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	38	2.649
4.02.02	Efeito Fiscal	227	-1.192
4.02.03	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo - VJORA	3.648	0
4.02.04	Efeito Fiscal	-1.241	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	600.101	390.479

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.243.864	16.326
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.086.076	752.107
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	597.429	389.022
6.01.01.02	Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	187.808	87.087
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	161.811	142.099
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos Provisionados	49.714	180.742
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-61.841	-92.022
6.01.01.07	Movimento da Provisão para Perdas em Ativos	130.212	88.692
6.01.01.08	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	98.428	49.832
6.01.01.09	Ganho (perda) na Alienação, Líquido de Baixa no Ativo Imobilizado	88	-2.875
6.01.01.10	Apropriação da Receita Diferida	-76.947	-42.820
6.01.01.12	Rendimento de Fundo de Investimento Exclusivo	-18.299	-53.244
6.01.01.13	Despesa com Plano de Opções de Ações	17.673	5.594
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	214.966	-767.115
6.01.02.01	Contas a Receber	-910.101	-712.268
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	867.363	-399.682
6.01.02.03	Estoques	-878.508	-402.908
6.01.02.04	Partes Relacionadas	-98.920	-26.315
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-85.443	73.465
6.01.02.06	Outros Ativos	2.406	-39.017
6.01.02.07	Fornecedores	1.170.434	544.552
6.01.02.10	Salários, Férias e Encargos Sociais	18.972	47.031
6.01.02.11	Impostos a Recolher	22.170	6.304
6.01.02.12	Partes Relacionadas	32.548	16.563
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	74.045	125.160
6.01.03	Outros	-57.178	31.334
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-96.622	-29.040
6.01.03.02	Recebimento de Dividendos de Controladas	39.444	60.374
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-410.565	-171.030
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-284.531	-100.529
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-76.490	-67.228
6.02.07	Recebimento de venda de imobilizado	0	3.152
6.02.10	Investimento em controlada	-3.212	-1.000
6.02.13	AFAC e/ou Aporte de Capital em Controlada ou Controlada em Conjunto	-46.332	-5.425
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-655.672	-37.098
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	0	502.617
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-412.590	-1.433.953
6.03.03	Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-53.157	-214.018
6.03.04	Pagamento de Dividendos	-114.273	-32.369
6.03.06	Ações em Tesouraria, Adquiridas	-75.652	27.244
6.03.07	Recursos Provenientes da Emissão de Ações	0	1.144.000
6.03.08	Pagamento de Gastos com Emissão de Ações	0	-30.619
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	177.627	-191.802
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	370.926	562.728

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	548.553	370.926

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.719.886	63.061	288.371	0	2.659	2.073.977
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.719.886	63.061	288.371	0	2.659	2.073.977
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-57.979	-131.227	-182.000	0	-371.206
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	17.673	0	0	0	17.673
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-87.984	0	0	0	-87.984
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.332	0	0	0	12.332
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-70.000	0	-70.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-112.000	0	-112.000
5.04.08	Adoção Inicial IFRS 9 e 15 na Controladora	0	0	-24.411	0	0	-24.411
5.04.09	Adoção Inicial IFRS 9 em Controladas em Conjunto	0	0	-56.816	0	0	-56.816
5.04.10	Dividendos Adicionais aos Declarados em Exercício Anterior	0	0	-50.000	0	0	-50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	597.429	2.672	600.101
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	597.429	0	597.429
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	2.672	2.672
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.672	2.672
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	25.723	389.706	-415.429	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	25.723	389.706	-415.429	0	0
5.07	Saldos Finais	1.719.886	30.805	546.850	0	5.331	2.302.872

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	606.505	10.772	3.107	0	1.202	621.586
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	606.505	10.772	3.107	0	1.202	621.586
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.113.381	32.838	-3.107	-81.200	0	1.061.912
5.04.01	Aumentos de Capital	1.144.000	0	0	0	0	1.144.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-30.619	0	0	0	0	-30.619
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.836	0	0	0	9.836
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	23.002	0	0	0	23.002
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.107	-6.200	0	-9.307
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	389.022	1.457	390.479
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.022	0	389.022
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	1.457	1.457
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.457	1.457
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	19.451	288.371	-307.822	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	19.451	288.371	-307.822	0	0
5.07	Saldos Finais	1.719.886	63.061	288.371	0	2.659	2.073.977

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	17.857.379	13.520.282
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.853.991	13.525.956
7.01.02	Outras Receitas	63.125	36.240
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	63.125	36.240
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-59.737	-41.914
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.128.698	-10.144.910
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.628.141	-9.062.145
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.456.354	-1.046.521
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-44.203	-36.244
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.728.681	3.375.372
7.04	Retenções	-161.811	-142.099
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-161.811	-142.099
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.566.870	3.233.273
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	211.369	251.385
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.841	92.022
7.06.02	Receitas Financeiras	149.528	159.363
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.778.239	3.484.658
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.778.239	3.484.658
7.08.01	Pessoal	1.335.044	1.070.629
7.08.01.01	Remuneração Direta	992.772	811.069
7.08.01.02	Benefícios	255.431	185.325
7.08.01.03	F.G.T.S.	86.841	74.235
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.053.790	1.180.649
7.08.02.01	Federais	719.926	277.573
7.08.02.02	Estaduais	1.280.216	857.949
7.08.02.03	Municipais	53.648	45.127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	791.976	844.358
7.08.03.01	Juros	354.119	472.137
7.08.03.02	Aluguéis	374.707	335.511
7.08.03.03	Outras	63.150	36.710
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	597.429	389.022
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	182.000	75.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	415.429	314.022

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	8.796.741	7.419.513
1.01	Ativo Circulante	6.412.390	5.257.617
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	599.087	412.707
1.01.02	Aplicações Financeiras	409.111	1.259.553
1.01.03	Contas a Receber	2.051.557	1.241.290
1.01.04	Estoques	2.810.248	1.969.333
1.01.06	Tributos a Recuperar	303.691	200.678
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	238.696	174.056
1.01.08.03	Outros	238.696	174.056
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	190.190	96.766
1.01.08.03.02	Outros ativos	48.506	77.290
1.02	Ativo Não Circulante	2.384.351	2.161.896
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	722.814	749.162
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	214	0
1.02.01.04	Contas a Receber	7.571	4.741
1.02.01.07	Tributos Diferidos	181.012	223.100
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	534.017	521.321
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	150.624	166.033
1.02.01.10.04	Outros ativos	34.154	44.387
1.02.01.10.05	Depósitos judiciais	349.239	310.901
1.02.02	Investimentos	308.462	311.347
1.02.02.01	Participações Societárias	308.462	311.347
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	308.462	311.347
1.02.03	Imobilizado	754.253	569.027
1.02.04	Intangível	598.822	532.360

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	8.796.741	7.419.513
2.01	Passivo Circulante	5.388.598	4.136.036
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	258.983	236.584
2.01.02	Fornecedores	4.105.244	2.919.541
2.01.03	Obrigações Fiscais	140.979	84.451
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	130.743	434.294
2.01.05	Outras Obrigações	752.649	461.166
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	125.383	89.521
2.01.05.02	Outros	627.266	371.645
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	182.000	64.273
2.01.05.02.04	Receitas a Apropriar	39.157	41.566
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	406.109	265.806
2.02	Passivo Não Circulante	1.105.271	1.209.500
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	325.224	437.204
2.02.02	Outras Obrigações	1.712	1.925
2.02.02.02	Outros	1.712	1.925
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	1.712	1.925
2.02.04	Provisões	387.355	301.534
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	387.355	301.534
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	390.980	468.837
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	390.980	468.837
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.302.872	2.073.977
2.03.01	Capital Social Realizado	1.719.886	1.719.886
2.03.02	Reservas de Capital	-34.840	23.139
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.015	-13.955
2.03.02.07	Reserva de Capital	52.175	37.094
2.03.04	Reservas de Lucros	612.495	328.293
2.03.04.01	Reserva Legal	65.645	39.922
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	546.850	288.371
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.331	2.659

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.590.444	11.984.250
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.053.022	-8.378.239
3.03	Resultado Bruto	4.537.422	3.606.011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.455.871	-2.718.317
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.747.447	-2.119.953
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-759.833	-679.085
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-596.143	-536.026
3.04.02.02	Depreciação	-163.690	-143.059
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-59.737	-41.921
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	53.389	36.486
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	57.757	86.156
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.081.551	887.694
3.06	Resultado Financeiro	-294.688	-410.821
3.06.01	Receitas Financeiras	133.929	110.107
3.06.02	Despesas Financeiras	-428.617	-520.928
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	786.863	476.873
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-189.434	-87.851
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	597.429	389.022
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	597.429	389.022
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	597.429	389.022
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,16200	2,20300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	3,13700	2,18600

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	597.429	389.022
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.672	1.457
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	38	2.649
4.02.02	Efeito Fiscal	227	-1.192
4.02.03	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo - VJORA	3.648	0
4.02.04	Efeito Fiscal	-1.241	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	600.101	390.479
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	600.101	390.479

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.236.164	19.477
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.090.688	755.051
6.01.01.01	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	597.429	389.022
6.01.01.02	Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	189.434	87.851
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	163.690	143.059
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos Provisionados	49.714	180.759
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-57.757	-86.156
6.01.01.07	Movimento da Provisão para Perdas em Ativos	130.550	88.582
6.01.01.08	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	95.113	45.279
6.01.01.09	Ganho (perda) na Alienação, Líquido de Baixa no Ativo Imobilizado	88	-2.875
6.01.01.10	Apropriação da Receita Diferida	-76.947	-42.820
6.01.01.12	Rendimento de Fundo de Investimento Exclusivo	-18.299	-53.244
6.01.01.13	Despesa com Plano de Opções de Ações	17.673	5.594
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	214.701	-762.702
6.01.02.01	Contas a Receber	-925.580	-713.915
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	867.149	-399.682
6.01.02.03	Estoques	-882.998	-408.717
6.01.02.04	Partes Relacionadas	-92.707	-25.707
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-85.919	73.175
6.01.02.06	Outros Ativos	2.962	-39.084
6.01.02.07	Fornecedores	1.185.107	554.581
6.01.02.10	Salários, Férias e Encargos Sociais	19.946	48.174
6.01.02.11	Impostos a Recolher	22.420	7.171
6.01.02.12	Partes Relacionadas	32.543	16.566
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	71.778	124.736
6.01.03	Outros	-69.225	27.128
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-100.589	-31.799
6.01.03.02	Recebimento de Dividendos de Controladas	31.364	58.927
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-394.112	-168.658
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-285.072	-101.995
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-79.334	-68.819
6.02.07	Recebimento de venda de imobilizado	0	3.152
6.02.10	Investimento em controlada	294	-996
6.02.13	AFAC e/ou Aporte de Capital em Controlada ou Controlada em Conjunto	-30.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-655.672	-37.253
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	0	502.617
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-412.590	-1.434.097
6.03.03	Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-53.157	-214.029
6.03.04	Pagamento de Dividendos	-114.273	-32.369
6.03.06	Ações em Tesouraria, Adquiridas	-75.652	27.244
6.03.07	Recursos Provenientes da Emissão de Ações	0	1.144.000
6.03.08	Pagamento de Gastos com Emissão de Ações, Líquido de Tributos	0	-30.619
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	186.380	-186.434
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	412.707	599.141

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	599.087	412.707

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.719.886	63.061	288.371	0	2.659	2.073.977	0	2.073.977
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.719.886	63.061	288.371	0	2.659	2.073.977	0	2.073.977
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-57.979	-131.227	-182.000	0	-371.206	0	-371.206
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	17.673	0	0	0	17.673	0	17.673
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-87.984	0	0	0	-87.984	0	-87.984
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.332	0	0	0	12.332	0	12.332
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-70.000	0	-70.000	0	-70.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-112.000	0	-112.000	0	-112.000
5.04.08	Adoção Inicial IFRS 9 e 15 na Controladora	0	0	-24.411	0	0	-24.411	0	-24.411
5.04.09	Adoção Inicial IFRS 9 em Controladas em Conjunto	0	0	-56.816	0	0	-56.816	0	-56.816
5.04.10	Dividendos Adicionais aos Declarados em Exercício Anterior	0	0	-50.000	0	0	-50.000	0	-50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	597.429	2.672	600.101	0	600.101
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	597.429	0	597.429	0	597.429
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.672	2.672	0	2.672
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.672	2.672	0	2.672
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	25.723	389.706	-415.429	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	25.723	389.706	-415.429	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.719.886	30.805	546.850	0	5.331	2.302.872	0	2.302.872

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	606.505	10.772	3.107	0	1.202	621.586	0	621.586
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	606.505	10.772	3.107	0	1.202	621.586	0	621.586
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.113.381	32.838	-3.107	-81.200	0	1.061.912	0	1.061.912
5.04.01	Aumentos de Capital	1.144.000	0	0	0	0	1.144.000	0	1.144.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-30.619	0	0	0	0	-30.619	0	-30.619
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.836	0	0	0	9.836	0	9.836
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	23.002	0	0	0	23.002	0	23.002
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.107	-6.200	0	-9.307	0	-9.307
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-75.000	0	-75.000	0	-75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	389.022	1.457	390.479	0	390.479
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.022	0	389.022	0	389.022
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	1.457	1.457	0	1.457
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.457	1.457	0	1.457
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	19.451	288.371	-307.822	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	19.451	288.371	-307.822	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.719.886	63.061	288.371	0	2.659	2.073.977	0	2.073.977

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	18.096.614	13.727.997
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.089.439	13.729.413
7.01.02	Outras Receitas	66.912	40.505
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	66.912	40.505
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-59.737	-41.921
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.287.183	-10.254.627
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.739.569	-9.135.777
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.503.073	-1.082.723
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-44.541	-36.127
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.809.431	3.473.370
7.04	Retenções	-163.690	-143.059
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-163.690	-143.059
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.645.741	3.330.311
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	191.686	196.263
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	57.757	86.156
7.06.02	Receitas Financeiras	133.929	110.107
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.837.427	3.526.574
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.837.427	3.526.574
7.08.01	Pessoal	1.356.657	1.088.793
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.010.082	825.353
7.08.01.02	Benefícios	258.282	188.064
7.08.01.03	F.G.T.S.	88.293	75.376
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.088.429	1.201.874
7.08.02.01	Federais	729.386	284.548
7.08.02.02	Estaduais	1.303.768	870.253
7.08.02.03	Municipais	55.275	47.073
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	794.912	846.885
7.08.03.01	Juros	355.585	473.853
7.08.03.02	Aluguéis	375.598	336.198
7.08.03.03	Outras	63.729	36.834
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	597.429	389.022
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	182.000	75.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	415.429	314.022

Relatório da Administração
Magazine Luiza S.A. (B3: MGLU3)
Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018 (em IFRS)

Destaques do 4T18 e 2018

E-commerce cresceu 57%, atingindo R\$2,2 bilhões e 38% das vendas totais

Vendas nas lojas físicas evoluíram 24% no total (16% mesmas lojas)

Vendas totais aumentaram 35%, alcançando R\$5,9 bilhões (R\$19,7 bilhões em 2018)

EBITDA cresceu 13% para R\$353 milhões, margem de 7,7% (R\$1,2 bilhão em 2018)

Lucro líquido cresceu 15% para R\$190 milhões, margem de 4,1% (R\$597 milhões em 2018)

Geração de caixa operacional de R\$1,0 bilhão no 4T18

Posição de caixa líquido de R\$2,2 bilhões em dez/18

- **Ganho consistente de participação de mercado.** No 4T18, as vendas totais, incluindo lojas físicas, e-commerce tradicional (1P) e marketplace (3P) cresceram 34,9% para R\$5,9 bilhões, reflexo do aumento de 57,4% no e-commerce total (sobre um crescimento de 60,0% no 4T17) e 24,2% nas lojas físicas (crescimento mesmas lojas de 16,1% sobre alta de 15,0% no 4T17). Vale destacar a performance das 100 lojas (41 lojas no 4T18), com vendas acima das expectativas, elevando o crescimento total das lojas físicas em 8 p.p. Segundo dados do IBGE (PMC), em 2018, as vendas do setor tiveram queda de 1,4%.
- **Crescimento acelerado no e-commerce.** As vendas do e-commerce cresceram 57,4% no 4T18, comparado ao crescimento do mercado de 13,4% (E-bit) e representaram 37,7% das vendas totais. No e-commerce tradicional, as vendas evoluíram 43,8% e o marketplace contribuiu com vendas adicionais de R\$ 366,0 milhões (representando 16,3% do e-commerce total). O ganho de marketshare novamente foi impulsionado pela excelente performance do app, que alcançou mais de 26 milhões de downloads, pela maturação dos projetos de multicanalidade e permanência do selo RA1000.
- **Evolução do lucro bruto.** No 4T18, o lucro bruto cresceu 22,8%, atingindo R\$1.296,2 milhões. A margem bruta diminuiu 1,1 p.p. para 28,1%, como reflexo principalmente do aumento significativo na participação do e-commerce, que passou de 32,3% para 37,7% das vendas totais.
- **Diluição das despesas fixas, aumento dos investimentos em nível de serviço e aquisição de novos clientes.** No 4T18, as despesas operacionais foram diluídas em 0,4 p.p. para 20,8% da receita líquida. Dentro desse montante, os investimentos adicionais em melhoria no nível de serviço e aquisição de novos clientes representaram aproximadamente 1,2 p.p. da receita líquida.
- **Crescimento expressivo na Luizacred.** A base de Cartões Luiza aumentou quase 1 milhão em 2018, atingindo 4,3 milhões de cartões. No mesmo período, o faturamento total do Cartão Luiza cresceu 37,2% superando a marca de R\$20 bilhões. No 4T18, a Luizacred apresentou um lucro de R\$15,7 milhões e R\$87,6 milhões em 2018, influenciados pela adoção do IFRS 9. Considerando as práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central, o lucro da Luizacred foi de R\$46,6 milhões no 4T18 e R\$161,4 milhões em 2018, crescendo 36,2% e 15,2% respectivamente.
- **Crescimento do EBITDA e do lucro líquido.** No 4T18, o EBITDA cresceu 13,0% para R\$353,5 milhões (7,7% de margem). O elevado crescimento das vendas, o resultado positivo do e-commerce e a diluição das despesas fixas contribuíram para o crescimento nominal do EBITDA. Dessa forma, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$189,6 milhões com crescimento de 14,5% (ROE de 33%). Considerando o resultado da Luizacred de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo BC, o lucro do Magalu teria sido de R\$205,1 milhões no 4T18 e R\$634,3 milhões em 2018.
- **Expressiva geração de caixa operacional e retorno sobre o capital investido.** O fluxo de caixa das operações, ajustado pelos recebíveis, atingiu R\$1,0 bilhão no 4T18 em função da melhoria dos resultados e da gestão do capital de giro. Mais uma vez, a Companhia apresentou elevado crescimento, com alto retorno sobre o capital investido e forte geração de caixa. O ROIC atingiu 39% no 4T18.
- **Aumento da posição de caixa líquido e otimização da estrutura de capital.** Nos últimos 12 meses, a Companhia aumentou o caixa líquido ajustado em R\$488,1 milhões, que passou de uma posição de caixa líquido de R\$1.663,4 em dez/17 para R\$2.151,4 milhões em dez/18. Na mesma data, a Companhia tinha uma posição total de caixa de R\$2,6 bilhões, considerando caixa e aplicações financeiras de R\$1,0 bilhão e recebíveis de cartão de crédito disponíveis de R\$1,6 bilhão.

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração

R\$ milhões (exceto quando indicado)	4T18	4T17	Var(%)	12M18	12M17	Var(%)
Vendas Totais ¹ (incluindo marketplace)	5.942,3	4.404,9	34,9%	19.667,8	14.440,3	36,2%
Receita Bruta	5.598,5	4.322,6	29,5%	18.896,5	14.321,1	31,9%
Receita Líquida	4.610,5	3.621,8	27,3%	15.590,4	11.984,3	30,1%
Lucro Bruto	1.296,2	1.055,9	22,8%	4.537,4	3.606,0	25,8%
Margem Bruta	28,1%	29,2%	-1,1 pp	29,1%	30,1%	-1,0 pp
EBITDA	353,5	312,7	13,0%	1.245,2	1.030,8	20,8%
Margem EBITDA	7,7%	8,6%	-0,9 pp	8,0%	8,6%	-0,6 pp
Lucro Líquido	189,6	165,6	14,5%	597,4	389,0	53,6%
Margem Líquida	4,1%	4,6%	-0,5 pp	3,8%	3,2%	0,6 pp
Crescimento nas Vendas Mesmas Lojas Físicas	16,1%	15,0%	-	18,6%	14,3%	-
Crescimento nas Vendas Totais Lojas Físicas	24,2%	20,1%	-	25,8%	17,4%	-
Crescimento nas Vendas E-commerce (1P)	43,8%	47,0%	-	48,4%	52,7%	-
Crescimento nas Vendas E-commerce Total	57,4%	60,0%	-	60,1%	60,9%	-
Participação E-commerce Total nas Vendas Totais	37,7%	32,3%	5,4 pp	35,7%	30,4%	5,3 pp
Quantidade de Lojas - Final do Período	954	858	96 lojas	954	858	96 lojas
Área de Vendas - Final do Período (M²)	572.394	525.981	8,8%	572.394	525.981	8,8%

⁽¹⁾ Vendas Totais incluem vendas nas lojas físicas, e-commerce tradicional (1P) e marketplace (3P).

Relatório da Administração

MENSAGEM DA DIRETORIA

Nos últimos anos, cada um dos nossos colaboradores esteve empenhado em cumprir uma missão que poucas empresas no mundo foram capazes de entregar: transformar uma organização tradicional numa companhia essencialmente digital. Em 2018, graças a uma dose brutal de trabalho e de determinação, viramos uma página decisiva nos mais de 60 anos de história do Magazine Luiza.

Chegamos ao fim de nosso processo de transformação digital. Pensamos como uma *tech company*. Trabalhamos como uma *tech company*. Somos uma *tech company* – uma plataforma digital, sem fronteiras entre o físico e o virtual, enxergando o mundo do varejo como um só – porque é assim que acreditamos que ele é. Sem barreiras, sem muros, sem idiosincrasias ou feudos.

Parte de nossas estruturas são físicas – e continuarão a ser, porque elas se provaram determinantes e crescem em importância como elemento de nossa plataforma. Mas, hoje, não há no Magazine Luiza processo algum que seja analógico.

Um exército de mais de 750 especialistas, reunidos no Luizalabs, nosso laboratório de inovação, foi destacado para entregar tecnologia *made in Magalu* para todas as áreas do negócio. Graças a essa capacidade de desenvolver tecnologia dentro de casa, digitalizamos o trabalho de nossos mais de 10.000 vendedores, o funcionamento de nossas quase 1.000 lojas espalhadas pelo país, nossos 12 centros de distribuição, nossa logística, nossa distribuição. E mais tudo o que é feito longe dos olhos do mundo exterior.

Agora chegou a hora de dar um passo tão ou mais ambicioso que esse. É hora do Magalu contribuir para digitalizar o Brasil.

Faremos isso radicalizando nosso propósito de incluir. Desde nossa fundação, trabalhamos para levar ao maior número de brasileiros aquilo que tradicionalmente chegava a privilegiados. Foi assim com os aparelhos de TV, com as lavadoras de roupas e os smartphones. Será assim com a vida digital e o que ela pode proporcionar para clientes e para um número imenso de empresas brasileiras, grande parte deles ainda presos a um mundo analógico e – portanto – menos eficiente, produtivo e pródigo em oportunidades.

Continuaremos a inaugurar pontos físicos e a expandir nossa presença material em todas as regiões do país. Faremos isso porque nossas lojas não são simplesmente lojas – mas centros avançados de compra e distribuição, que se integram perfeitamente às operações digitais e que proporcionam uma experiência humana e calorosa aos nossos clientes. Mas, neste momento, partimos de uma rede consolidada que, em 2019, ultrapassará o patamar do milho. Estamos em vantagem inquestionável, o que nos permite trafegar pelo lado mais veloz da autoestrada do varejo global.

Até aqui, o Magalu cresceu de forma linear. De uma forma extraordinária, diga-se. Nos últimos três anos, o faturamento da companhia quase dobrou. O lucro líquido cresceu 600%. A participação de mercado saltou mais de cinco pontos percentuais nos principais segmentos de atuação. No mesmo período, crescemos também nossa base de clientes, mas em menor proporção. Mas, a partir de agora, cresceremos as interações na plataforma de forma exponencial, em ritmo chinês. É para isso que os mais de 27.000 colaboradores do Magalu estão trabalhando em 2019.

Temos atualmente mais de 17 milhões de clientes ativos. Conquistamos, portanto, apenas 13% do mercado consumidor do país. Há muito espaço para crescer -- e é o que vamos fazer, na medida em que pudermos oferecer – por meio do acesso à tecnologia – uma gama cada vez maior de produtos e serviços aos brasileiros. O Magalu tem hoje um dos mais bem-sucedidos apps de compras do Brasil, com 26 milhões de downloads e uma participação de cerca de 40% dos pedidos online da companhia. Estamos trabalhando para ter não apenas um app, mas um superapp – um ambiente digital no qual o cliente fará suas compras, pagará contas, recarregará o celular, contratará serviços de transporte, encomendará o almoço, jogará, se relacionará com os amigos nas redes sociais. Ao atrair parceiros para o ambiente do superapp, multiplicaremos nossas chances de atrair novos clientes, que vão interagir de forma ainda mais frequente e intensa conosco.

Enquanto concorrentes abrem lojas, o Magalu abre APIs (*Application Programming Interface* --- nossas portas para o mundo da tecnologia. É por elas, que outras empresas entrarão em nosso ecossistema.)

Estamos estrategicamente posicionados para conseguir cumprir a missão que nos impusemos. O tempo, a história e as circunstâncias jogam a nosso favor. Hoje, empresas nativas digitais como o Alibaba e a Amazon investem recursos financeiros,

Relatório da Administração

tempo e energia para construir redes físicas a partir do chão. Fazem isso porque sabem que não há futuro para varejistas que não conseguirem unir, de forma harmônica, o real e o virtual.

Nossa estratégia pressupõe que sejamos não apenas líderes em bens duráveis. Mas numa infinidade de categorias – de roupas e calçados a produtos de higiene e limpeza, de vinhos a comida para passarinho, de canetas para colorir a material de construção. Numa plataforma digital como a nossa, o espaço de colaboração com outras empresas – dos mais diferentes setores, portes e localizações – é infinito. E o céu pode ser o limite.

Essa é a beleza do modelo. Quanto mais empresas pudermos atrair para nossa plataforma – principalmente por meio de nosso marketplace – mais clientes conquistaremos. Quantos mais clientes conquistados, maior nosso poder de atração de novos parceiros de negócios. E, assim, o círculo virtuoso se fecha. E, assim, o crescimento – não o linear, mas o exponencial – se dá. No final de 2018, tínhamos em nosso marketplace mais de 3.300 sellers e 4,3 milhões de itens oferecidos. Ao final deste ano, esse universo será muito maior.

Graças à tecnologia desenvolvida pelo Magalu e colocada à disposição, cada um desses parceiros – por menor ou menos estruturado que seja hoje – poderá ser tão digital quanto o próprio Magalu. É o que estamos chamando de *Magalu As A Service*. Isso é inclusão. E o potencial transformador de algo assim -- para nós, para os parceiros e para o país -- é difícil de calcular.

O Brasil não está acostumado ao modelo de plataforma -- algo recente até mesmo em economias desenvolvidas. Mas não temos dúvida de que o futuro está aí e que o crescimento exigido pelos negócios só será possível a partir de um sistema colaborativo, aberto, que permita múltiplas parcerias e que se expanda na velocidade das necessidades e desejos dos clientes. A revolução das plataformas veio para ficar. No Magalu, ela já está acontecendo.

Tanto quanto o próprio Magalu, os sellers contam com desenvolvedores trabalhando todos os dias para melhorar a experiência de seus clientes. Tanto quanto nós, eles terão à disposição uma rede eficiente de distribuição, vendedores que poderão oferecer seus produtos para consumidores que forem até as lojas e estoquistas que separarão suas entregas. Poderão contar com uma estrutura de marketing digital para promover suas ofertas e terão linhas de crédito à disposição.

Não estamos falando de um futuro longínquo. Estamos falando de 2019.

Nos últimos tempos, o Magalu se preparou para que tudo isso fosse possível, para que pudéssemos dar o salto quântico de crescimento que planejamos para os próximos anos. Em dezembro de 2018, adquirimos a Softbox, desenvolvedora de serviços para empresas de varejo e indústrias que desejam vender digitalmente ao consumidor final. Antes disso, em maio, anunciamos a compra da Logbee, startup especializada em tecnologia logística. E, em abril de 2017, incorporamos a Integra, focada na integração de comércio eletrônico e marketplaces. Em menos de dois anos, portanto, uma série de novas competências foram incorporadas, a fim de tornar cada vez melhor a experiência de compra.

Elevamos nossa própria barra em relação à satisfação que proporcionamos aos nossos clientes. Sabemos que nossa ambição por crescimento deve acompanhar nossos esforços de extrapolar as expectativas e surpreender positivamente o consumidor, dia após dia.

É por isso que nos tornamos a única empresa do varejo com o selo RA 1000 do site Reclame Aqui. É por isso que conseguimos fazer mais de 30% de todas as nossas entregas de produtos em, no máximo, 48 horas. É por isso que o nosso atendimento no SAC atinge mais de 80% de satisfação dos nossos clientes.

É possível crescer em velocidade chinesa e continuar melhorando, ininterruptamente, o relacionamento com nosso cliente?

Trata-se de um desafio. Imenso. Mas já enfrentamos outros. Anos atrás, nossa crença num modelo de varejo no qual não houvesse divisões entre o digital e o físico foi visto com descrença. Mais recentemente, tivemos de provar que poderíamos nos transmutar de empresa tradicional para uma companhia essencialmente digital. Muitos também diziam que seria impossível desenvolver tecnologia em larga escala no Brasil, com brasileiros.

Provamos -- com trabalho pesado, obstinação e dedicação de nosso grupo -- que tudo isso era possível.

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração

Queremos dividir essas conquistas com nossos investidores, fornecedores, parceiros de negócios, colaboradores e – sobretudo – com cada um de nossos clientes. Sem a confiança deles no nosso trabalho e no nosso propósito, nada disso teria sido possível.

Virada mais uma página da nossa história, que venha a próxima etapa. Estamos preparados. E felizes por enfrentá-la.

Por fim, não poderíamos deixar de prestar aqui uma homenagem a Pelegrino José Donato, que juntamente com sua esposa, Luiza Trajano Donato, fundou e dedicou grande parte de sua vida ao Magazine Luiza. Pelegrino nos deixou em dezembro de 2018. Mas estará para sempre em nossos corações e mentes.

A DIRETORIA

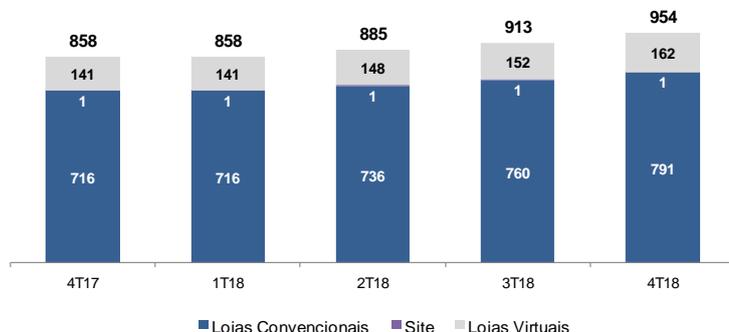
Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração

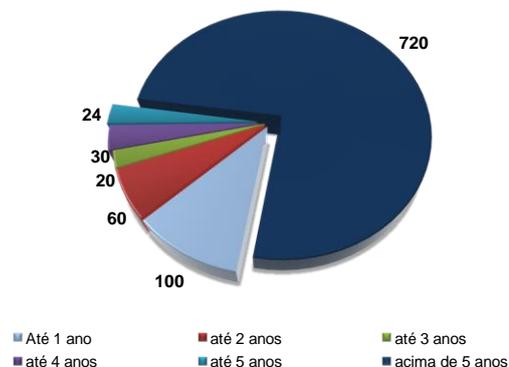
DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

O Magalu encerrou 4T18 com 954 lojas, sendo 791 convencionais, 162 virtuais e o e-commerce. No 4T18, a Companhia inaugurou 41 novas lojas. Nos últimos 12 meses, a Companhia abriu 100 novas lojas (4 na Região Sul, 27 na Sudeste, 29 na Centro Oeste e 36 no Nordeste) e fechou outras 4. Da base total, 25% das lojas estão em processo de maturação.

Evolução do Número de Lojas (em quantidade)



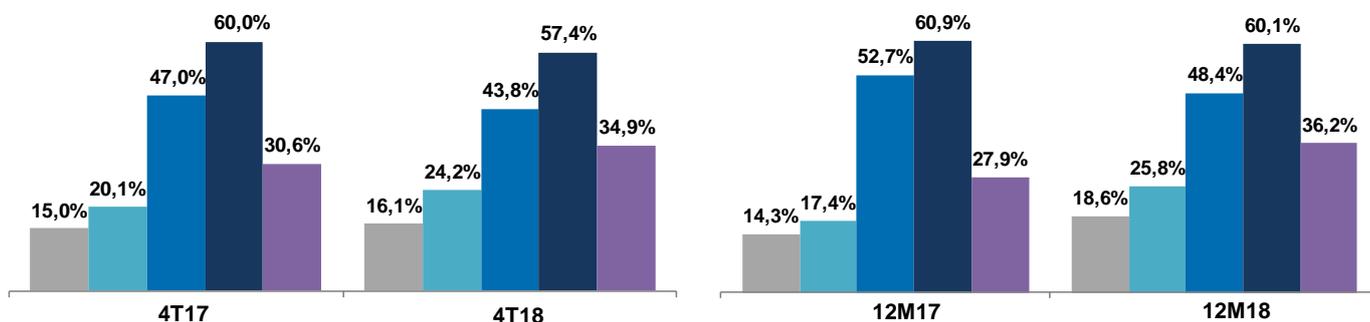
Idade Média das Lojas (em quantidade de lojas)



As vendas totais do varejo aumentaram 34,9% no 4T18, reflexo do crescimento de 24,2% das lojas físicas e 57,4% no e-commerce.

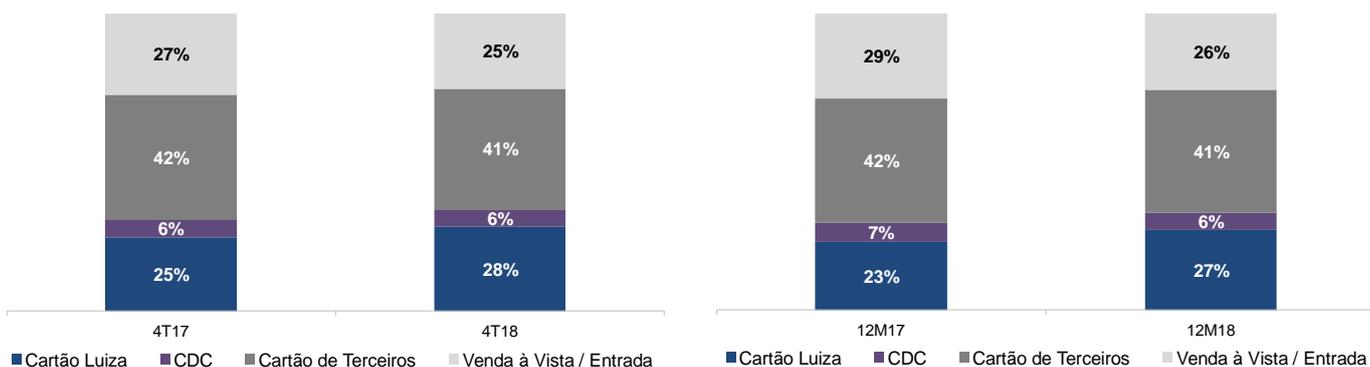
Crescimento das Vendas Totais (em %)

- Crescimento das Vendas Mesmas Lojas Físicas
- Crescimento das Vendas Totais Lojas Físicas
- Crescimento do E-commerce Tradicional (1P)
- Crescimento do E-commerce Total (1P+3P)
- Crescimento das Vendas Totais do Varejo



A participação do Cartão Luiza nas vendas aumentou 3 p.p. para 28% no 4T18, contribuindo para a estratégia da Companhia de aumentar a fidelização dos clientes. A participação do CDC nas vendas ficou estável em 6% no 4T18.

Mix de Vendas Financiadas (em %)



Relatório da Administração**Receita Bruta**

R\$ milhões	4T18	4T17	Var(%)	12M18	12M17	Var(%)
Receita Bruta - Varejo - Revenda de Mercadorias	5.339,7	4.106,0	30,0%	18.016,2	13.621,6	32,3%
Receita Bruta - Varejo - Prestação de Serviços	239,9	200,3	19,7%	814,6	640,9	27,1%
Receita Bruta - Varejo	5.579,6	4.306,4	29,6%	18.830,7	14.262,5	32,0%
Receita Bruta - Outros Serviços	23,4	19,3	21,1%	80,1	70,6	13,4%
Eliminações Inter-companhias	(4,5)	(3,1)	43,1%	(14,3)	(12,0)	19,2%
Receita Bruta - Total	5.598,5	4.322,6	29,5%	18.896,5	14.321,1	31,9%

No 4T18, a receita bruta total cresceu 29,5% para R\$5,6 bilhões, devido ao acelerado crescimento do e-commerce, aumento nas vendas das mesmas lojas físicas e significativa contribuição das lojas novas. Vale destacar o crescimento de 19,7% na receita de serviços, incluindo a venda de novos seguros, serviços digitais (Lu Conecta) e também comissões do Marketplace. Nos 12M18, a receita bruta cresceu 31,9% para R\$18,9 bilhões.

Receita Líquida

R\$ milhões	4T18	4T17	Var(%)	12M18	12M17	Var(%)
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	4.380,6	3.428,5	27,8%	14.811,8	11.365,1	30,3%
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	212,5	178,7	18,9%	718,9	565,9	27,1%
Receita Líquida - Varejo	4.593,1	3.607,1	27,3%	15.530,8	11.930,9	30,2%
Receita Líquida - Outros Serviços	21,9	17,8	23,2%	74,0	65,4	13,3%
Eliminações Inter-companhias	(4,5)	(3,1)	43,1%	(14,3)	(12,0)	19,2%
Receita Líquida - Total	4.610,5	3.621,8	27,3%	15.590,4	11.984,3	30,1%

No 4T18, a receita líquida total evoluiu 27,3% para R\$4,6 bilhões, em linha com a variação da receita bruta total. Em 2018, a receita líquida cresceu 30,1% para R\$15,6 bilhões.

Lucro Bruto

R\$ milhões	4T18	4T17	Var(%)	12M18	12M17	Var(%)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.073,6	867,5	23,8%	3.780,8	3.006,7	25,7%
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	212,5	178,7	18,9%	718,9	565,9	27,1%
Lucro Bruto - Varejo	1.286,1	1.046,2	22,9%	4.499,7	3.572,6	26,0%
Lucro Bruto - Outros Serviços	11,0	9,7	13,9%	39,7	33,4	18,7%
Eliminações Inter-companhias	(0,9)	-	0,0%	(1,9)	-	0,0%
Lucro Bruto - Total	1.296,2	1.055,9	22,8%	4.537,4	3.606,0	25,8%
Margem Bruta - Total	28,1%	29,2%	-1,1 pp	29,1%	30,1%	-1,0 pp

No 4T18, o lucro bruto cresceu 22,8% para R\$1,3 bilhão, equivalente a uma margem bruta de 28,1%. A variação da margem bruta foi reflexo do aumento significativo na participação do e-commerce. Nos 12M18, o lucro bruto cresceu 25,8% para R\$ 4,5 bilhões, equivalente a uma margem bruta de 29,1%.

Relatório da Administração

Despesas Operacionais

R\$ milhões	4T18	% RL	4T17	% RL	Var(%)	12M18	% RL	12M17	% RL	Var(%)
Despesas com Vendas	(775,0)	-16,8%	(602,9)	-16,6%	28,6%	(2.747,4)	-17,6%	(2.120,0)	-17,7%	29,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(181,4)	-3,9%	(157,4)	-4,3%	15,3%	(596,1)	-3,8%	(536,0)	-4,5%	11,2%
Subtotal	(956,4)	-20,7%	(760,3)	-21,0%	25,8%	(3.343,6)	-21,4%	(2.656,0)	-22,2%	25,9%
Perdas em Liquidação Duvidosa	(16,6)	-0,4%	(14,6)	-0,4%	13,8%	(59,7)	-0,4%	(41,9)	-0,3%	42,5%
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	15,7	0,3%	7,2	0,2%	117,7%	53,4	0,3%	36,5	0,3%	46,3%
Total de Despesas Operacionais	(957,4)	-20,8%	(767,7)	-21,2%	24,7%	(3.349,9)	-21,5%	(2.661,4)	-22,2%	25,9%

Despesas com Vendas

No 4T18, as despesas com vendas totalizaram R\$775,0 milhões, equivalentes a 16,8% da receita líquida, aumentando 0,2 p.p. em relação ao 4T17. Parte do crescimento das despesas foi decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes e aumento do nível de serviço, incluindo logística e atendimento. Em 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$2,7 bilhões, equivalentes a 17,6% da receita líquida (-0,1 p.p. *versus* 2017).

Despesas Gerais e Administrativas

No 4T18, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$181,4 milhões, equivalentes a 3,9% da receita líquida, reduzindo em 0,4 p.p. em relação ao 4T17. Essa diluição reflete o significativo crescimento nas vendas, além do Orçamento Base Zero (OBZ), da Gestão Matricial de Despesas (GMD) e da manutenção da baixa taxa de inflação sobre os reajustes salariais. Nos 12M18, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$596,1 milhões, equivalentes a 3,8% da receita líquida (-0,7 p.p. *versus* os 12M17).

Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosa totalizaram R\$16,6 milhões no 4T18 e R\$59,7 milhões em 2018.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas

R\$ milhões	4T18	% RL	4T17	% RL	Var(%)	12M18	% RL	12M17	% RL	Var(%)
Ganho (Perda) na Venda de Ativo Imobilizado	0,3	0,0%	(0,1)	0,0%	-358,5%	(0,1)	0,0%	2,9	0,0%	-103,1%
Apropriação de Receita Diferida	45,5	1,0%	10,7	0,3%	324,8%	76,9	0,5%	42,8	0,4%	79,7%
Provisão para Perdas Tributárias	(24,0)	-0,5%	(1,9)	-0,1%	1177,7%	(10,3)	-0,1%	(6,1)	-0,1%	69,5%
Despesas não Recorrentes	(6,1)	-0,1%	(1,2)	0,0%	408,1%	(13,2)	-0,1%	(3,3)	0,0%	296,5%
Outros	(0,0)	0,0%	(0,3)	0,0%	-94,1%	0,1	0,0%	0,2	0,0%	-68,8%
Total	15,7	0,3%	7,2	0,2%	118%	53,4	0,3%	36,5	0,3%	46,3%

No 4T18, as outras receitas operacionais líquidas totalizaram R\$15,7 milhões, influenciadas principalmente pela apropriação de receitas diferidas no montante de R\$45,5 milhões (incluindo parcela variável devido ao atingimento de metas estabelecidas no contrato com a Cardiff e a Luizaseg), R\$24,0 milhões de provisão para perdas tributárias e R\$ 6,1 milhões referentes a despesas não recorrentes relacionadas à abertura de 41 lojas no período. Em 2018, as outras receitas operacionais líquidas totalizaram R\$53,4 milhões.

Equivalência Patrimonial

No 4T18, o resultado da equivalência patrimonial foi de R\$14,7 milhões, equivalente a 0,3% da receita líquida. Os principais fatores que impactaram este resultado foram: (i) o desempenho da Luizacred, responsável pela equivalência de R\$7,9 milhões e (ii) a Luizaseg, responsável pela equivalência de R\$6,8 milhões. Nos 12M18, o resultado da equivalência patrimonial atingiu R\$57,8 milhões.

Vale destacar que o resultado da Luizacred de R\$15,7 milhões foi influenciado pelo crescimento da base de cartões e do limite de crédito disponível para os melhores clientes, o que gerou um aumento nas provisões neste trimestre, de acordo com o IFRS 9, mesmo considerando que a Luizacred continua apresentando um dos menores níveis de carteira em atraso da sua história.

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

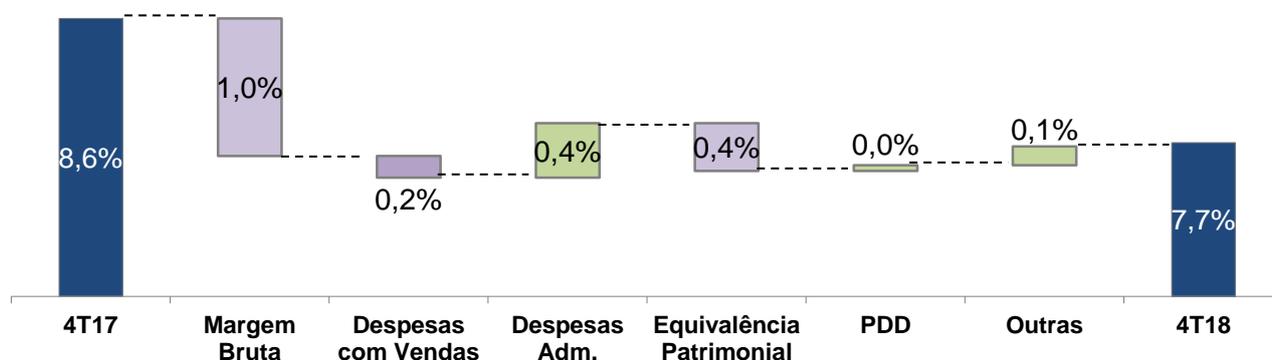
Relatório da Administração

Para efeito de comparação, o resultado da Luizacred de acordo com as normas contábeis aprovadas pelo Banco Central foi de R\$46,6 milhões no 4T18, com ROE de 24,0%, e de R\$161,4 milhões nos 12M18, com ROE de 22,5%. Considerando essas mesmas normas, o resultado da equivalência patrimonial seria de R\$30,1 milhões no 4T18 e R\$94,7 milhões em 2018, o que significaria um aumento no lucro líquido do Magazine Luiza de R\$15,4 milhões e R\$ 36,9 milhões, respectivamente.

EBITDA

No 4T18, o EBITDA aumentou 13,0% para R\$353,5 milhões, equivalente a uma margem de 7,7%. O elevado crescimento das vendas, o resultado positivo do e-commerce e a diluição das despesas fixas contribuíram para o crescimento nominal do EBITDA. Em linha com a fase estratégica de foco no cliente, os investimentos adicionais em melhoria no nível de serviço e aquisição de novos clientes representaram aproximadamente 1,2 p.p. da receita líquida. Em 2018, o EBITDA cresceu 20,8% atingindo R\$1.245,2 milhões, equivalente a uma margem de 8,0% da receita líquida.

Evolução do EBITDA (% da receita líquida)



Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (em R\$ milhões)	4T18	% RL	4T17	% RL	Var(%)	12M18	% RL	12M17	% RL	Var(%)
Despesas Financeiras	(126,5)	-2,7%	(114,9)	-3,2%	10,0%	(428,6)	-2,7%	(520,9)	-4,3%	-17,7%
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(8,4)	-0,2%	(35,1)	-1,0%	-76,0%	(50,2)	-0,3%	(198,9)	-1,7%	-74,8%
Juros de Antecipações de Cartão de Terceiros	(17,0)	-0,4%	(15,8)	-0,4%	7,9%	(72,9)	-0,5%	(105,0)	-0,9%	-30,6%
Juros de Antecipações de Cartão Luiza	(74,5)	-1,6%	(44,6)	-1,2%	67,1%	(232,6)	-1,5%	(170,0)	-1,4%	36,8%
Outras Despesas	(26,5)	-0,6%	(19,4)	-0,5%	36,5%	(73,0)	-0,5%	(47,1)	-0,4%	55,1%
Receitas Financeiras	35,8	0,8%	36,3	1,0%	-1,5%	133,9	0,9%	110,1	0,9%	21,6%
Rendimento de Aplicações Financeiras	1,6	0,0%	5,2	0,1%	-69,2%	8,8	0,1%	12,9	0,1%	-32,2%
Outras Receitas Financeiras	34,2	0,7%	31,1	0,9%	9,8%	125,2	0,8%	97,2	0,8%	28,8%
Resultado Financeiro Líquido	(90,7)	-2,0%	(78,6)	-2,2%	15,4%	(294,7)	-1,9%	(410,8)	-3,4%	-28,3%
Receita de Títulos e Valores Mobiliários ¹	3,3	0,1%	21,5	0,6%	-84,8%	18,0	0,1%	52,3	0,4%	-65,6%
Resultado Financeiro Líquido Ajustado	(87,4)	-1,9%	(57,1)	-1,6%	53,2%	(276,7)	-1,8%	(358,6)	-3,0%	-22,8%

Nota(1): rendimentos do fundo exclusivo, que são contabilizados como receitas financeiras na Controladora e como receita bruta no Consolidado, conforme Notas Explicativas do ITR.

No 4T18, a despesa financeira líquida ajustada totalizou R\$87,4 milhões. Em relação à receita líquida, a despesa financeira líquida ajustada aumentou 0,3 p.p. passando de 1,6% para 1,9%, devido ao crescimento acelerado do Cartão Luiza em linha com a estratégia de fidelização dos melhores clientes. Além disso, este resultado foi positivamente impactado pela redução de 76,0% nos juros de empréstimos e financiamentos e pela forte geração de caixa operacional da Companhia. Nos 12M18, o resultado financeiro líquido ajustado totalizou R\$276,7 milhões, melhorando 1,2 p.p. em relação aos 12M17.

Relatório da Administração**Lucro líquido**

No 4T18, o lucro líquido totalizou R\$189,6 milhões com crescimento de 14,5% versus 4T17 (margem líquida de 4,1%) e um ROE de 33% e ROIC de 39%. Em 2018, o lucro líquido atingiu R\$597,4 milhões (margem líquida de 3,8%), crescendo 53,6%.

Considerando a equivalência patrimonial da Luizacred de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central, o lucro líquido seria de R\$205,1 milhões no 4T18, com margem de 4,4% e crescimento de 25,3%. Da mesma forma, em 2018, o lucro líquido seria de R\$634,3 milhões, com margem de 4,1%, crescendo 62,5% versus 2017.

Capital de Giro

R\$ milhões	Dif 12UM	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
(+) Contas a Receber	810,3	2.051,6	1.657,2	1.507,0	1.410,7	1.241,3
(+) Estoques	840,9	2.810,2	2.106,4	2.110,4	1.937,3	1.969,3
(+) Partes Relacionadas	93,4	190,2	157,5	100,8	86,0	96,8
(+) Impostos a Recuperar	103,0	303,7	226,7	190,4	191,9	200,7
(+) Outros Ativos	(28,8)	48,5	71,6	69,9	72,0	77,3
(+) Ativos Circulantes Operacionais	1.818,8	5.404,2	4.219,5	3.978,7	3.697,8	3.585,4
(-) Fornecedores	1.185,7	4.105,2	2.653,1	2.749,5	2.456,9	2.919,5
(-) Salários, Férias e Encargos Sociais	22,4	259,0	268,7	208,6	188,8	236,6
(-) Impostos a Recolher	56,5	141,0	84,9	110,4	91,7	84,5
(-) Partes Relacionadas	35,9	125,4	90,3	94,5	82,9	89,5
(-) Tributos Parcelados	-	-	-	-	-	-
(-) Receita Diferida	(2,4)	39,2	39,4	39,7	40,7	41,6
(-) Outras Contas a Pagar	140,3	406,1	315,2	267,2	255,2	265,8
(-) Passivos Circulantes Operacionais	1.438,4	5.075,9	3.451,7	3.469,9	3.116,2	3.637,5
(=) Capital de Giro	380,4	328,3	767,8	508,8	581,6	(52,1)
(-) Cartões de Crédito - Terceiros	672,0	1.492,3	1.120,2	1.018,9	992,5	820,3
(-) Cartão de Crédito - Luizacred	64,3	106,7	98,8	44,3	35,9	42,3
(-) Contas a Receber - Cartões de Crédito	736,4	1.599,0	1.219,0	1.063,3	1.028,5	862,6
(=) Capital de Giro Ajustado	(355,9)	(1.270,7)	(451,1)	(554,5)	(446,9)	(914,7)
% da Receita Bruta dos Últimos 12 Meses	-0,3%	-6,7%	-2,6%	-3,3%	-2,9%	-6,4%
(=) Capital de Giro	380,4	328,3	767,8	508,8	581,6	(52,1)
(+) Saldo de Recebíveis Descontados	(142,9)	1.385,8	1.539,0	1.648,7	1.564,4	1.528,7
(=) Capital de Giro Ampliado	237,5	1.714,1	2.306,9	2.157,5	2.145,9	1.476,6
% da Receita Bruta dos Últimos 12 Meses	-1,2%	9,1%	13,1%	13,0%	14,0%	10,3%

Em dez/18, a necessidade de capital de giro ajustado ficou negativa em R\$1,3 bilhão, mostrando uma importante evolução em relação ao ano anterior, contribuindo para a geração de caixa da Companhia, com destaque para a disciplina na gestão dos estoques (giro médio de 77 dias) e no prazo médio de compras (92 dias). Nos últimos 12 meses, a variação do capital de giro ajustado contribuiu em R\$355,9 milhões para a geração de caixa operacional e, conseqüentemente, para o aumento do caixa líquido ajustado.

Investimentos

R\$ milhões	4T18	%	4T17	%	Var(%)	12M18	%	12M17	%	Var(%)
Lojas Novas	31,6	24%	13,8	31%	129%	86,7	24%	39,0	23%	122%
Reformas	29,5	23%	8,9	20%	232%	54,2	15%	39,8	23%	36%
Tecnologia	20,4	16%	19,9	44%	3%	84,9	23%	76,6	45%	11%
Logística	41,0	31%	2,2	5%	1739%	88,8	24%	12,3	7%	620%
Outros	7,7	6%	0,5	1%	1414%	49,8	14%	3,1	2%	1530%
Total	130,2	100%	45,3	100%	187%	364,4	100%	170,8	100%	113%

Relatório da Administração

No 4T18, os investimentos somaram R\$130,2 milhões, incluindo a abertura de lojas, reformas, investimentos em tecnologia e logística, em linha com a estratégia de transformação digital. No período, a Companhia inaugurou 41 lojas, atingindo 100 aberturas de lojas em 2018.

Nos 12M18, os investimentos totalizaram R\$364,4 milhões, crescendo 113% em relação aos 12M17.

Estrutura de Capital

R\$ milhões	Dif 12UM	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
(-) Empréstimos e Financiamentos Circulante	303,6	(130,7)	(252,4)	(254,5)	(381,4)	(434,3)
(-) Empréstimos e Financiamentos não Circulante	112,0	(325,2)	(325,4)	(327,4)	(437,4)	(437,2)
(=) Endividamento Bruto	415,5	(456,0)	(577,8)	(581,9)	(818,8)	(871,5)
(+) Caixa e Equivalentes de Caixa	186,4	599,1	419,0	680,5	775,2	412,7
(+) Títulos e Valores Mobiliários Circulante	(850,4)	409,1	253,8	182,8	299,3	1.259,6
(+) Títulos e Valores Mobiliários não Circulante	0,2	0,2	-	-	-	-
(+) Caixa e Aplicações Financeiras	(663,8)	1.008,4	672,8	863,3	1.074,5	1.672,3
(=) Caixa Líquido	(248,3)	552,4	95,0	281,4	255,7	800,8
(+) Cartões de Crédito - Terceiros	672,0	1.492,3	1.120,2	1.018,9	992,5	820,3
(+) Cartão de Crédito - Luizacred	64,3	106,7	98,8	44,3	35,9	42,3
(+) Contas a Receber - Cartões de Crédito	736,4	1.599,0	1.219,0	1.063,3	1.028,5	862,6
(=) Caixa Líquido Ajustado	488,1	2.151,4	1.313,9	1.344,7	1.284,2	1.663,4
Endividamento de Curto Prazo / Total	-21%	29%	44%	44%	47%	50%
Endividamento de Longo Prazo / Total	21%	71%	56%	56%	53%	50%
EBITDA Ajustado (Últimos 12 Meses)	224,4	1.258,4	1.212,8	1.181,1	1.103,1	1.034,1
Caixa Líquido Ajustado / EBITDA Ajustado	0,1 x	1,7 x	1,1 x	1,1 x	1,2 x	1,6 x
Caixa, Aplicações e Cartões de Crédito	72,5	2.607,4	1.891,7	1.926,6	2.103,0	2.534,9

Nos últimos 12 meses, a Companhia melhorou sua estrutura de capital em R\$488,1 milhões, passando de uma posição de caixa líquido de R\$1,7 bilhão em dez/17 para R\$2,2 bilhões em dez/18.

A Companhia encerrou o trimestre com uma posição total de caixa de R\$2,6 bilhões, considerando caixa e aplicações financeiras de R\$1,0 bilhão mais R\$1,6 bilhão em recebíveis de cartão de crédito.

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração**ANEXO I
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – RESULTADO CONSOLIDADO**

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	4T18	AV	4T17	AV	Var(%)	12M18	AV	12M17	AV	Var(%)
Receita Bruta	5.598,5	121,4%	4.322,6	119,3%	29,5%	18.896,5	121,2%	14.321,1	119,5%	31,9%
Impostos e Cancelamentos	(988,0)	-21,4%	(700,8)	-19,3%	41,0%	(3.306,1)	-21,2%	(2.336,9)	-19,5%	41,5%
Receita Líquida	4.610,5	100,0%	3.621,8	100,0%	27,3%	15.590,4	100,0%	11.984,3	100,0%	30,1%
Custo Total	(3.314,4)	-71,9%	(2.565,9)	-70,8%	29,2%	(11.053,0)	-70,9%	(8.378,2)	-69,9%	31,9%
Lucro Bruto	1.296,2	28,1%	1.055,9	29,2%	22,8%	4.537,4	29,1%	3.606,0	30,1%	25,8%
Despesas com Vendas	(775,0)	-16,8%	(602,9)	-16,6%	28,6%	(2.747,4)	-17,6%	(2.120,0)	-17,7%	29,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(181,4)	-3,9%	(157,4)	-4,3%	15,3%	(596,1)	-3,8%	(536,0)	-4,5%	11,2%
Perda em Liquidação Duvidosa	(16,6)	-0,4%	(14,6)	-0,4%	13,8%	(59,7)	-0,4%	(41,9)	-0,3%	42,5%
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	15,7	0,3%	7,2	0,2%	117,7%	53,4	0,3%	36,5	0,3%	46,3%
Equivalência Patrimonial	14,7	0,3%	24,5	0,7%	-40,2%	57,8	0,4%	86,2	0,7%	-33,0%
Total de Despesas Operacionais	(942,7)	-20,4%	(743,2)	-20,5%	26,9%	(3.292,2)	-21,1%	(2.575,3)	-21,5%	27,8%
EBITDA	353,5	7,7%	312,7	8,6%	13,0%	1.245,2	8,0%	1.030,8	8,6%	20,8%
Depreciação e Amortização	(41,0)	-0,9%	(37,1)	-1,0%	10,6%	(163,7)	-1,0%	(143,1)	-1,2%	14,4%
EBIT	312,5	6,8%	275,6	7,6%	13,4%	1.081,6	6,9%	887,7	7,4%	21,8%
Resultado Financeiro	(90,7)	-2,0%	(78,6)	-2,2%	15,4%	(294,7)	-1,9%	(410,8)	-3,4%	-28,3%
Lucro Operacional	221,8	4,8%	197,0	5,4%	12,6%	786,9	5,0%	476,9	4,0%	65,0%
IR / CS	(32,1)	-0,7%	(31,4)	-0,9%	2,3%	(189,4)	-1,2%	(87,9)	-0,7%	115,6%
Lucro Líquido	189,6	4,1%	165,6	4,6%	14,5%	597,4	3,8%	389,0	3,2%	53,6%

Cálculo do EBITDA

Lucro Líquido	189,6	4,1%	165,6	4,6%	14,5%	597,4	3,8%	389,0	3,2%	53,6%
(+/-) IR / CS	32,1	0,7%	31,4	0,9%	2,3%	189,4	1,2%	87,9	0,7%	115,6%
(+/-) Resultado Financeiro	90,7	2,0%	78,6	2,2%	15,4%	294,7	1,9%	410,8	3,4%	-28,3%
(+) Depreciação e amortização	41,0	0,9%	37,1	1,0%	10,6%	163,7	1,0%	143,1	1,2%	14,4%
EBITDA	353,5	7,7%	312,7	8,6%	13,0%	1.245,2	8,0%	1.030,8	8,6%	20,8%

Reconciliação do EBITDA pelas despesas não recorrentes

EBITDA	353,5	7,7%	312,7	8,6%	-	1.245,2	8,0%	1.030,8	8,6%	-
Despesas não Recorrentes	6,1	0,1%	1,2	0,0%	408,1%	13,2	0,1%	3,3	0,0%	296,5%
EBITDA Ajustado	359,6	7,8%	313,9	8,7%	-	1.258,4	8,1%	1.034,1	8,6%	-

Lucro Líquido	189,6	4,1%	165,6	4,6%	-	597,4	3,8%	389,0	3,2%	-
Despesas não Recorrentes	6,1	0,1%	1,2	0,0%	408,1%	13,2	0,1%	3,3	0,0%	296,5%
IR/CS s/ Despesas não Recorrentes	(2,1)	0,0%	(0,4)	0,0%	407,6%	(4,5)	0,0%	(1,1)	0,0%	296,3%
Lucro Líquido Ajustado	193,7	4,2%	166,4	4,6%	-	606,1	3,9%	391,2	3,3%	-

* O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM n° 527, de 04 de outubro de 2012. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado consiste no valor de EBITDA ajustado por despesas extraordinárias. No caso do ajuste acima identificado essas despesas referem-se a gastos pré-operacionais com abertura de novas lojas. A Companhia entende que a divulgação do EBITDA Ajustado é necessária para que se entenda o real valor de impacto na geração bruta de caixa, excluindo-se eventos extraordinários. O EBITDA ajustado não é uma métrica de performance adotada pelo IFRS. A definição de EBITDA ajustado da Companhia pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração**ANEXO II
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

ATIVO	dez/18	set/18	jun/18	mar/18	dez/17
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	599,1	419,0	680,5	775,2	412,7
Títulos e Valores Mobiliários	409,1	253,8	182,8	299,3	1.259,6
Contas a Receber	2.051,6	1.657,2	1.507,0	1.410,7	1.241,3
Estoques	2.810,2	2.106,4	2.110,4	1.937,3	1.969,3
Partes Relacionadas	190,2	157,5	100,8	86,0	96,8
Tributos a Recuperar	303,7	226,7	190,4	191,9	200,7
Outros Ativos	48,5	71,6	69,9	72,0	77,3
Total do Ativo Circulante	6.412,4	4.892,3	4.841,9	4.772,3	5.257,6
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	0,2	-	-	-	-
Contas a Receber	7,6	6,4	7,1	3,3	4,7
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	181,0	176,5	178,3	195,2	223,1
Tributos a Recuperar	150,6	165,5	201,8	189,8	166,0
Depósitos Judiciais	349,2	345,7	342,0	333,9	310,9
Outros Ativos	34,2	34,3	29,4	29,2	44,4
Investimentos em Controladas	308,5	294,3	284,5	277,2	311,3
Imobilizado	754,3	663,3	608,1	565,7	569,0
Intangível	598,8	556,4	545,5	534,7	532,4
Total do Ativo não Circulante	2.384,4	2.242,4	2.196,8	2.128,9	2.161,9
TOTAL DO ATIVO	8.796,7	7.134,7	7.038,7	6.901,2	7.419,5
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	4.105,2	2.653,1	2.749,5	2.456,9	2.919,5
Empréstimos e Financiamentos	130,7	252,4	254,5	381,4	434,3
Salários, Férias e Encargos Sociais	259,0	268,7	208,6	188,8	236,6
Tributos a Recolher	141,0	84,9	110,4	91,7	84,5
Partes Relacionadas	125,4	90,3	94,5	82,9	89,5
Tributos Parcelados	-	-	-	-	-
Receita Diferida	39,2	39,4	39,7	40,7	41,6
Dividendos a Pagar	182,0	-	-	114,3	64,3
Outras Contas a Pagar	406,1	315,2	267,2	255,2	265,8
Total do Passivo Circulante	5.388,6	3.704,1	3.724,4	3.611,9	4.136,0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	325,2	325,4	327,4	437,4	437,2
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	387,4	351,7	347,2	343,4	301,5
Receita Diferida	391,0	439,5	449,3	459,0	468,8
Outras Contas a Pagar	1,7	1,7	1,9	1,9	1,9
Total do Passivo não Circulante	1.105,3	1.118,3	1.125,7	1.241,7	1.209,5
TOTAL DO PASSIVO	6.493,9	4.822,4	4.850,1	4.853,6	5.345,5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.719,9	1.719,9	1.719,9	1.719,9	1.719,9
Reserva de Capital	52,2	47,3	47,3	39,3	37,1
Ações em Tesouraria	(87,0)	(67,8)	(73,4)	(65,7)	(14,0)
Reserva Legal	65,6	39,9	39,9	39,9	39,9
Reserva de Retenção de Lucros	546,9	161,9	161,9	161,9	288,4
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5,3	3,3	4,7	4,9	2,7
Lucros Acumulados	-	407,8	288,2	147,5	-
Total do Patrimônio Líquido	2.302,9	2.312,3	2.188,6	2.047,6	2.074,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.796,7	7.134,7	7.038,7	6.901,2	7.419,5

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração

ANEXO III
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO GERENCIAL AJUSTADO

FLUXOS DE CAIXA GERENCIAL (em R\$ milhões)	4T18	4T17	12M18	12M17
Lucro Líquido	189,6	165,6	597,4	389,0
Efeito de IR/CS Líquido de Pagamento	11,7	17,7	88,8	56,1
Depreciação e Amortização	41,0	37,1	163,7	143,1
Juros sobre Empréstimos Provisionados	9,6	31,6	49,7	180,8
Equivalência Patrimonial	(14,7)	(24,5)	(57,8)	(86,2)
Dividendos Recebidos	15,6	17,7	31,4	58,9
Provisão para Perdas de Estoques e Contas a Receber	15,9	0,9	130,6	88,6
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	34,6	17,3	95,1	45,3
Resultado na Venda de Ativos	(0,3)	0,1	0,1	(2,9)
Apropriação da Receita Diferida	(45,5)	(10,7)	(76,9)	(42,8)
Despesas com Plano de Ações e Opções	5,6	1,3	17,7	5,6
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0
Lucro Líquido Ajustado	263,3	254,0	1.039,7	835,4
Contas a Receber Ajustado (sem Cartões de Terceiros)	(46,8)	(109,6)	(253,5)	(169,9)
Estoques	(693,3)	(407,6)	(883,0)	(408,7)
Tributos a Recuperar	(60,4)	(9,5)	(85,9)	73,2
Outros Ativos Ajustado (sem Cartão Luiza)	9,3	13,7	(25,4)	(41,1)
Variação nos Ativos Operacionais	(791,2)	(513,0)	(1.247,8)	(546,5)
Fornecedores	1.451,6	799,4	1.185,1	554,6
Outras Contas a Pagar	102,0	118,5	146,7	196,6
Variação nos Passivos Operacionais	1.553,6	917,9	1.331,8	751,2
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.025,8	658,9	1.123,7	1.040,2
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(130,2)	(45,3)	(364,4)	(170,8)
Recebimento de Venda de Imobilizado	0,0	0,0	0,0	3,2
Venda de Contrato de Exclusividade	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamento de renegociação de contrato de exclusividade	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento em Controlada	3,5	0,0	0,3	(1,0)
Aumento de Capital em Controlada	(30,0)	0,0	(30,0)	0,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(156,7)	(45,3)	(394,1)	(168,7)
Captação de Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	502,6
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(127,7)	(727,0)	(412,6)	(1.434,1)
Variação de Outros Ativos Financeiros (Hedge)	0,0	1,1	(1,4)	(12,5)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(5,7)	(41,1)	(53,2)	(214,0)
Pagamento de Dividendos	0,0	(10,7)	(114,3)	(32,4)
Ações em Tesouraria	(20,0)	7,5	(75,7)	27,2
Recursos provenientes da emissão de ações	0,0	1.144,0	0,0	1.144,0
Pagamento de gastos com emissão de ações	0,0	(30,6)	0,0	(30,6)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(153,4)	343,1	(657,1)	(49,8)
Saldo Inicial de Caixa, Equiv. e TVM e Outros Ativos Financeiros	1.891,7	1.578,2	2.534,9	1.713,1
Saldo Final de Caixa, Equiv. e TVM e Outros Ativos Financeiros	2.607,4	2.534,9	2.607,4	2.534,9
Variação no Caixa, Equiv. e Títulos e Valores Mobiliários	715,7	956,7	72,5	821,7

Nota: A diferença entre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Fluxo de Caixa Gerencial Ajustado refere-se basicamente a:

(i) tratamento dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM) como Equivalentes de Caixa.

(ii) tratamento do Recebíveis de Cartão de Crédito como Caixa.

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração**ANEXO IV
RETORNO SOBRE CAPITAL INVESTIDO (ROIC) E INVESTIMENTO (ROE)**

CAPITAL INVESTIDO (R\$MM)	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
(=) Capital de Giro	328,3	767,8	508,8	581,6	(52,1)
(+) Contas a receber	7,6	6,4	7,1	3,3	4,7
(+) IR e CS diferidos	181,0	176,5	178,3	195,2	223,1
(+) Impostos a recuperar	150,6	165,5	201,8	189,8	166,0
(+) Depósitos judiciais	349,2	345,7	342,0	333,9	310,9
(+) Outros ativos	34,2	34,3	29,4	29,2	44,4
(+) Invest. contr. em conjunto	308,5	294,3	284,5	277,2	311,3
(+) Imobilizado	754,3	663,3	608,1	565,7	569,0
(+) Intangível	598,8	556,4	545,5	534,7	532,4
(+) Ativos não circulantes operacionais	2.384,1	2.242,4	2.196,8	2.128,9	2.161,9
(-) Provisão para contingências	387,4	351,7	347,2	343,4	301,5
(-) Receita diferida	391,0	439,5	449,3	459,0	468,8
(-) Outras contas a pagar	1,7	1,7	1,9	1,9	1,9
(-) Passivos não circulantes operacionais	780,0	792,9	798,4	804,4	772,3
(=) Capital Fixo	1.604,1	1.449,5	1.398,4	1.324,5	1.389,6
(=) Capital Investido Total	1.932,4	2.217,4	1.907,2	1.906,1	1.337,5
(+) Dívida Líquida	(552,4)	(95,0)	(281,4)	(255,7)	(800,8)
(+) Dividendos a Pagar	182,0	-	-	114,3	64,3
(+) Patrimônio Líquido	2.302,9	2.312,3	2.188,6	2.047,6	2.074,0
(=) Financiamento Total	1.932,4	2.217,4	1.907,2	1.906,1	1.337,5

RECONCILIAÇÃO DAS DESPESAS FINANCEIRAS (R\$MM)	4T18	3T18	2T18	1T18	4T17
Receitas Financeiras	35,8	34,9	39,5	23,8	36,3
Despesas Financeiras	(126,5)	(106,5)	(112,1)	(83,5)	(114,9)
Despesas Financeiras Líquidas	(90,7)	(71,7)	(72,6)	(59,8)	(78,6)
Juros de Antecipação: Cartão Luiza e Cartão de Terceiros	91,5	75,1	79,7	59,1	60,4
Despesas Financeiras Ajustadas	0,8	3,5	7,1	(0,7)	(18,2)
Economia de IR/CS sobre Despesas Financeiras Ajustadas	(0,3)	(1,2)	(2,4)	0,2	6,2
Despesas Financeiras Ajustadas Líquidas de Impostos	0,6	2,3	4,7	(0,5)	(12,0)

RECONCILIAÇÃO DO NOPLAT E ROIC/ROE (R\$MM)	4T18	3T18	2T18	1T18	4T17
EBITDA	353,5	278,9	312,4	300,5	312,7
Juros de Antecipação: Cartão Luiza e Cartão de Terceiros	(91,5)	(75,1)	(79,7)	(59,1)	(60,4)
Depreciação	(41,0)	(46,3)	(39,1)	(37,2)	(37,1)
IR/CS correntes e diferidos	(32,1)	(41,3)	(60,0)	(56,0)	(31,4)
Economia de IR/CS sobre Despesas Financeiras Ajustadas	0,3	1,2	2,4	(0,2)	(6,2)
Lucro Líquido Operacional (NOPLAT)	189,1	117,3	136,1	147,9	177,7
Capital Investido	1.932,4	2.217,4	1.907,2	1.906,1	1.337,5
ROIC Anualizado	39%	21%	29%	31%	53%
Lucro Líquido	189,6	119,6	140,7	147,5	165,6
Patrimônio Líquido	2.302,9	2.312,3	2.188,6	2.047,6	2.074,0
ROE Anualizado	33%	21%	26%	29%	32%

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração**ANEXO V**
ABERTURA DAS VENDAS TOTAIS E NÚMERO DE LOJAS POR CANAL

Abertura Vendas Totais	4T18	A.V.(%)	4T17	A.V.(%)	Crescimento
					Total
Lojas Virtuais	277,1	4,7%	213,5	4,8%	29,8%
Lojas Convencionais	3.425,3	57,6%	2.768,2	62,8%	23,7%
Subtotal - Lojas Físicas	3.702,4	62,3%	2.981,7	67,7%	24,2%
E-commerce Tradicional (1P)	1.873,9	31,5%	1.303,0	29,6%	43,8%
Marketplace (3P)	366,0	6,2%	120,1	2,7%	204,8%
Subtotal - E-commerce Total	2.239,9	37,7%	1.423,1	32,3%	57,4%
Vendas Totais	5.942,3	100,0%	4.404,9	100,0%	34,9%
Outras Receitas ¹	3,3	-	21,5	-	-84,8%
Marketplace (3P)	(366,0)	-	(120,1)	-	204,8%
Receita Bruta - Varejo	5.579,6	-	4.306,3	-	29,6%

Abertura Vendas Totais	12M18	A.V.(%)	12M17	A.V.(%)	Crescimento
					Total
Lojas Virtuais	908,8	4,6%	687,8	4,8%	32,1%
Lojas Convencionais	11.733,7	59,7%	9.364,7	64,9%	25,3%
Subtotal - Lojas Físicas	12.642,6	64,3%	10.052,5	69,6%	25,8%
E-commerce Tradicional (1P)	6.170,2	31,4%	4.157,7	28,8%	48,4%
Marketplace (3P)	855,1	4,3%	230,0	1,6%	271,7%
Subtotal - E-commerce Total	7.025,3	35,7%	4.387,8	30,4%	60,1%
Vendas Totais	19.667,8	100,0%	14.440,3	100,0%	36,2%
Outras Receitas ¹	18,0	-	52,3	-	-65,6%
Marketplace (3P)	(855,1)	-	(230,0)	-	271,7%
Receita Bruta - Varejo	18.830,7	-	14.262,5	-	32,0%

Número de Lojas por Canal - Final do Período	dez-18	Part(%)	dez-17	Part(%)	Crescimento
					Total
Lojas Virtuais	162	17,0%	141	16,4%	21
Lojas Convencionais	791	82,9%	716	83,4%	75
Subtotal - Lojas Físicas	953	99,9%	857	99,9%	96
Ecommerce	1	0,1%	1	0,1%	-
Total	954	100,0%	858	100,0%	96
Área total de vendas (m²)	572.394	100%	525.981	100%	8,8%

⁽¹⁾ Outras receitas estão compostas pelos rendimentos do Fundo Exclusivo.

Relatório da Administração

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

**ANEXO VI
LUIZACRED****Indicadores Operacionais**

A Luizacred é uma *joint-venture* entre o Magazine Luiza e o Itaú Unibanco, responsável pelo financiamento de parte representativa das vendas da Companhia. Na Financeira, os principais papéis do Magalu são vendas, gestão dos colaboradores e o atendimento aos clientes, ao passo que o Itaú Unibanco é responsável pelo *fundng* da Luizacred, elaboração das políticas de crédito e cobrança e atividades de suporte como contabilidade e tesouraria.

No 4T18, a base total de cartões da Luizacred cresceu 281 mil unidades, e atingiu 4,3 milhões de cartões emitidos (+25,6% *versus* dez/17). As vendas dentro das lojas para clientes do Cartão Luiza, reconhecidos pela fidelidade e maior frequência de compra, cresceram 45,2% no 4T18. O faturamento do CDC atingiu R\$57 milhões no 4T18.

A carteira de crédito da Luizacred, incluindo cartão de crédito, CDC e empréstimo pessoal, alcançou R\$8,4 bilhões ao final do 4T18, um aumento de 46,7% em relação ao 4T17. A carteira do Cartão Luiza cresceu 48,2% para R\$8,1 bilhões, enquanto a carteira de CDC cresceu 14,3% para R\$227,0 milhões, seguindo a estratégia da Luizacred de foco no Cartão Luiza.

R\$ milhões	4T18	4T17	Var(%)	12M18	12M17	Var(%)
Base Total de Cartões (mil)	4.253	3.387	25,6%	4.253	3.387	25,6%
Faturamento Cartão no Magazine Luiza	1.609	1.108	45,2%	5.194	3.374	53,9%
Faturamento Cartão Fora do Magazine Luiza	4.558	3.339	36,5%	15.059	11.389	32,2%
Subtotal - Cartão Luiza	6.167	4.447	38,7%	20.253	14.763	37,2%
Faturamento CDC	57	54	4,6%	258	252	2,2%
Faturamento Empréstimo Pessoal	12	14	-17,9%	55	61	-9,9%
Faturamento Total Luizacred	6.235	4.516	38,1%	20.566	15.076	36,4%
Carteira Cartão	8.149	5.500	48,2%	8.149	5.500	48,2%
Carteira CDC	227	198	14,3%	227	198	14,3%
Carteira Empréstimo Pessoal	31	31	-2,5%	31	31	-2,5%
Carteira de Crédito	8.406	5.730	46,7%	8.406	5.730	46,7%

A concessão de crédito da Luizacred é feita seguindo políticas e critérios estabelecidos pela área de Modelagem e Políticas de Crédito do Itaú Unibanco. As políticas são definidas com base em modelos estatísticos, proprietários, usando como critério de decisão o modelo de Risk Adjusted Return on Capital (RAROC).

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

Relatório da Administração**Demonstração de Resultados em IFRS**

R\$ milhões	4T18	AV	4T17	AV	Var(%)	12M18	AV	12M17	AV	Var(%)
Receitas da Intermediação Financeira	348,2	100,0%	262,6	100,0%	32,6%	1.242,3	100,0%	1.085,8	100,0%	14,4%
Cartão	305,9	87,8%	222,0	84,5%	37,8%	1.084,6	87,3%	899,9	82,9%	20,5%
CDC	33,4	9,6%	31,0	11,8%	7,8%	118,8	9,6%	145,0	13,3%	-18,0%
EP	9,0	2,6%	9,6	3,7%	-6,6%	38,9	3,1%	40,9	3,8%	-4,9%
Despesas da Intermediação Financeira	(285,8)	-82,1%	(144,5)	-55,0%	97,7%	(906,2)	-72,9%	(610,5)	-56,2%	48,4%
Operações de Captação no Mercado	(52,0)	-14,9%	(38,8)	-14,8%	34,0%	(183,2)	-14,7%	(183,6)	-16,9%	-0,3%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(233,8)	-67,1%	(105,8)	-40,3%	121,1%	(723,0)	-58,2%	(426,9)	-39,3%	69,4%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	62,5	17,9%	118,1	45,0%	-47,1%	336,1	27,1%	475,3	43,8%	-29,3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(30,1)	-8,6%	(84,7)	-32,3%	-64,5%	(158,6)	-12,8%	(259,2)	-23,9%	-38,8%
Receitas de Prestação de Serviços	190,4	54,7%	136,4	51,9%	39,6%	645,1	51,9%	482,9	44,5%	33,6%
Despesas de Pessoal	(7,8)	-2,2%	(1,6)	-0,6%	381,2%	(25,2)	-2,0%	(5,0)	-0,5%	406,7%
Outras Despesas Administrativas	(171,7)	-49,3%	(186,0)	-70,8%	-7,7%	(629,2)	-50,6%	(614,1)	-56,6%	2,5%
Depreciação e Amortização	(3,0)	-0,8%	(3,0)	-1,1%	-0,8%	(11,9)	-1,0%	(11,9)	-1,1%	-0,6%
Despesas Tributárias	(29,5)	-8,5%	(24,9)	-9,5%	18,5%	(103,7)	-8,3%	(87,1)	-8,0%	19,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(8,5)	-2,4%	(5,6)	-2,1%	53%	(33,8)	-2,7%	(24,0)	-2,2%	40,7%
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	32,4	9,3%	33,4	12,7%	-3,0%	177,5	14,3%	216,1	19,9%	-17,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(16,7)	-4,8%	4,6	1,8%	-458,4%	(89,8)	-7,2%	(78,6)	-7,2%	14,3%
Lucro Líquido	15,7	4,5%	38,0	14,5%	-58,7%	87,6	7,1%	137,5	12,7%	-36,3%

Demonstração de Resultados pelas normas contábeis estabelecidas pelo Banco Central

R\$ milhões	4T18	AV	4T17	AV	Var(%)	12M18	AV	12M17	AV	Var(%)
Receitas da Intermediação Financeira	348,2	100,0%	262,6	100,0%	32,6%	1.242,3	100,0%	1.085,8	100,0%	14,4%
Cartão	305,9	87,8%	222,0	84,5%	37,8%	1.084,6	87,3%	899,9	82,9%	20,5%
CDC	33,4	9,6%	31,0	11,8%	7,8%	118,8	9,6%	145,0	13,3%	-18,0%
EP	9,0	2,6%	9,6	3,7%	-6,6%	38,9	3,1%	40,9	3,8%	-4,9%
Despesas da Intermediação Financeira	(247,6)	-71,1%	(151,4)	-57,7%	63,6%	(790,0)	-63,6%	(605,7)	-55,8%	30,4%
Operações de Captação no Mercado	(52,0)	-14,9%	(38,8)	-14,8%	34,0%	(183,2)	-14,7%	(183,6)	-16,9%	-0,3%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(195,6)	-56,2%	(112,6)	-42,9%	73,7%	(606,9)	-48,8%	(422,1)	-38,9%	43,8%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	100,6	28,9%	111,2	42,3%	-9,5%	452,3	36,4%	480,1	44,2%	-5,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(30,1)	-8,6%	(84,7)	-32,3%	-64,5%	(158,6)	-12,8%	(259,2)	-23,9%	-38,8%
Receitas de Prestação de Serviços	190,4	54,7%	136,4	51,9%	39,6%	645,1	51,9%	482,9	44,5%	33,6%
Despesas de Pessoal	(7,8)	-2,2%	(1,6)	-0,6%	381,2%	(25,2)	-2,0%	(5,0)	-0,5%	406,7%
Outras Despesas Administrativas	(171,7)	-49,3%	(186,0)	-70,8%	-7,7%	(629,2)	-50,6%	(614,1)	-56,6%	2,5%
Depreciação e Amortização	(3,0)	-0,8%	(3,0)	-1,1%	-0,8%	(11,9)	-1,0%	(11,9)	-1,1%	-0,6%
Despesas Tributárias	(29,5)	-8,5%	(24,9)	-9,5%	18,5%	(103,7)	-8,3%	(87,1)	-8,0%	19,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(8,5)	-2,4%	(5,6)	-2,1%	53%	(33,8)	-2,7%	(24,0)	-2,2%	40,7%
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	70,5	20,3%	26,5	10,1%	166,3%	293,7	23,6%	220,9	20,3%	32,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23,9)	-6,9%	7,7	2,9%	-409,5%	(132,2)	-10,6%	(80,8)	-7,4%	63,7%
Lucro Líquido	46,6	13,4%	34,2	13,0%	36,2%	161,4	13,0%	140,2	12,9%	15,2%

Comparativo: Resultado em IFRS x Banco Central

R\$ milhões	4T18	AV	4T17	AV	Var(%)	12M18	AV	12M17	AV	Var(%)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	38,2	11,0%	(6,9)	-2,6%	-	116,2	9,4%	4,8	0,4%	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7,3)	-2,1%	3,1	1,2%	-	(42,4)	-3,4%	(2,2)	-0,2%	-
Lucro Líquido	30,9	8,9%	(3,8)	-1,4%	-	73,8	5,9%	2,6	0,2%	-

Relatório da Administração**Receitas da Intermediação Financeira**

As receitas da intermediação financeira aumentaram 32,6% no 4T18 e atingiram R\$348,2 milhões, influenciadas principalmente pelo crescimento do faturamento do Cartão Luiza dentro e fora do Magazine Luiza.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD)

Os indicadores de inadimplência continuam melhorando. A carteira vencida de 15 dias a 90 dias (NPL 15) representou apenas 2,7% da carteira total em dez/18, diminuindo 0,1 p.p. em relação dez/17, devido a uma política de crédito mais conservadora.

Da mesma forma, a carteira vencida acima de 90 dias (NPL 90) atingiu apenas 7,2% da carteira total em dez/18, uma redução de 0,2 p.p. em relação a dez/17 (7,4%).

A despesa de PDD líquida de recuperação representou 2,8% da carteira total no 4T18, um aumento em relação ao patamar de 1,8% no 4T17, em função da adoção do IFRS 9 no início de 2018. Nesse sentido, a despesa com PDD foi influenciada pelo crescimento da base de cartões e do limite de crédito disponível para os melhores clientes. Vale destacar que o índice de cobertura em IFRS da carteira aumentou de 130% em dez/17 para 187% em dez/18.

CARTEIRA - VISÃO ATRASO	dez/18		set/18		jun/18		mar/18		dez/17	
000 a 014 dias	7.568	90,0%	6.525	89,8%	5.956	89,9%	5.324	89,5%	5.147	89,8%
015 a 030 dias	63	0,8%	54	0,7%	56	0,8%	62	1,0%	45	0,8%
031 a 060 dias	69	0,8%	63	0,9%	61	0,9%	64	1,1%	49	0,9%
061 a 090 dias	98	1,2%	85	1,2%	82	1,2%	76	1,3%	65	1,1%
091 a 120 dias	96	1,1%	92	1,3%	69	1,0%	55	0,9%	58	1,0%
121 a 150 dias	82	1,0%	74	1,0%	74	1,1%	57	1,0%	53	0,9%
151 a 180 dias	74	0,9%	68	0,9%	64	1,0%	54	0,9%	50	0,9%
180 a 360 dias	356	4,2%	303	4,2%	261	3,9%	258	4,3%	263	4,6%
Carteira de Crédito (R\$ milhões)	8.406	100,0%	7.265	100,0%	6.624	100,0%	5.949	100,0%	5.730	100,0%
Expectativa de Recebimento de Carteira Vencida acima 360 dias	111		109		108		116		-	
Carteira Total em IFRS 9 (R\$ milhões)	8.517		7.374		6.732		6.065		-	
Atraso de 15 a 90 Dias	231	2,7%	203	2,8%	199	3,0%	201	3,4%	159	2,8%
Atraso Maior 90 Dias	608	7,2%	537	7,4%	468	7,1%	423	7,1%	423	7,4%
Atraso Total	839	10,0%	740	10,2%	667	10,1%	625	10,5%	583	10,2%
PDD sobre Carteira de Crédito	924		782		703		659		552	
PDD sobre Limite Disponível	211		234		232		213		-	
PDD Total em IFRS 9	1.135		1.016		935		872		552	
Índice de Cobertura da Carteira	152%		146%		150%		156%		130%	
Índice de Cobertura Total	187%		189%		200%		206%		130%	

Nota: para melhor comparabilidade e análise de desempenho dos créditos (NPL), a Companhia passou a divulgar a abertura da carteira pelo critério de atraso, enquanto que no Banco Central a Companhia continua divulgando a abertura da carteira na visão por faixa de risco.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

A margem bruta da intermediação financeira no 4T18 foi de 17,9%, representando uma redução de 27,1 p.p. em relação ao 4T17, influenciada pela adoção do IFRS 9 na apuração da PDD. Em 2018, a margem bruta da intermediação financeira foi de 27,1%, uma redução de 16,7 p.p. em relação a 2017.

Relatório da Administração

Outras Despesas/Receitas Operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram R\$30,1 milhões no 4T18, uma melhoria de 64,5% em relação ao 4T17, devido a ganhos de produtividade e ao crescimento da receita de prestação de serviços em 39,6%. Nos 12M18, as outras despesas operacionais totalizaram R\$158,6 milhões, uma redução de 38,8% em relação aos 12M17.

Resultado Operacional e Lucro Líquido

No 4T18, o resultado operacional totalizou R\$32,4 milhões, representando 9,3% da receita da intermediação financeira, uma queda de 3,4 p.p. em relação ao 4T17. Em 2018, o resultado operacional foi de R\$177,5 milhões.

O lucro líquido da Luizacred atingiu R\$15,7 milhões no 4T18, com ROE de 11%. Nos 12M18, o lucro líquido totalizou R\$87,6 milhões, com ROE de 16%.

De acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central, considerando as provisões mínimas pela Lei nº 2682, o lucro líquido da Luizacred totalizou R\$46,6 milhões no 4T18, com ROE de 24%. Em 2018, o lucro líquido totalizou R\$161,4 milhões, com ROE 23%.

A diferença na linha de provisões entre a contabilidade de acordo com as normas aprovadas pelo Banco Central e IFRS foi de R\$ 38,2 milhões no 4T18 e R\$116,2 milhões em 2018, com reflexo no lucro líquido de R\$30,9 milhões e R\$73,8 milhões, respectivamente.

Patrimônio Líquido

De acordo com as mesmas práticas, o patrimônio líquido era de R\$808,9 milhões em dez/18. Em função de ajustes requeridos pelo IFRS, especificamente provisões complementares de acordo com a expectativa de perda, líquida de seus efeitos tributários, o patrimônio líquido da Luizacred para efeito das demonstrações financeiras do Magazine Luiza era de R\$576,5 milhões.

Relatório da Administração

Divulgação de Resultados do 4º Trimestre de 2018

TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Teleconferência em Português/Inglês (com tradução simultânea)

22 de fevereiro de 2019 (sexta-feira)

11h00 – Horário de Brasília

9h00 – Horário Estados Unidos (EST)

Para participantes no Brasil:

Telefone para conexão: +55 (11) 3193-1001

Código de conexão: Magazine Luiza

Link de webcast:

[Webcast Português](#)**Para participantes no Exterior:**

Telefone para conexão EUA: +1 (646) 8288246

Código de conexão: Magazine Luiza

Link de webcast:

[Webcast Inglês](#)**Replay (disponível por 7 dias):**

Telefone para conexão no Brasil: +55 (11) 3193-1012

Senha: **8917143#**

Relações com Investidores

Roberto Bellissimo

Diretor Financeiro e RI

Simon OlsonDiretor Adjunto RI
e Novos Negócios**Vanessa Rossini**

Gerente RI

Kenny Damazio

Analista de RI

Tel.: +55 11 3504-2727

ri@magazineluiza.com.br

Sobre o Magazine Luiza

Magazine Luiza, ou Magalu, é uma empresa de tecnologia e logística voltada para o varejo. A partir de um varejista tradicional do interior de São Paulo com foco em bens duráveis para a classe média brasileira, a Companhia transformou-se em uma empresa de tecnologia, fornecendo uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes. O Magalu possui uma forte presença geográfica, com doze centros de distribuição estrategicamente localizados que atendem uma rede de mais de 950 lojas distribuídas em 16 estados. No centro do sucesso do Magalu está uma plataforma de varejo multicanal, capaz de alcançar clientes através de aplicativos, site e lojas físicas. Uma grande parte do sucesso da empresa também se deve à sua equipe interna de desenvolvimento, o Luizalabs, que é composto agora por mais de 750 desenvolvedores e especialistas. Entre outras coisas, o Luizalabs utiliza tecnologias como big data e machine learning para criar aplicativos para as diversas áreas da Companhia, como atendimento, logística, financeiro e gestão de estoque, com o objetivo de eliminar qualquer fricção no processo do varejo, melhorando a rentabilidade, os prazos de entrega e a experiência do cliente. A empresa tem estado na vanguarda da adoção do e-commerce na América Latina e a operação online, incluindo o marketplace, representa mais de 37% das vendas totais. O Magalu também possui um modelo logístico único e inovador. As operações logísticas online e offline são 100% integradas, e permitem que a Companhia aproveite sua presença física para reduzir radicalmente os custos e os prazos de entrega no Brasil.

EBITDA, EBITDA Ajustado e Lucro Líquido Ajustado

O EBITDA (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não considerar despesas intrínsecas ao negócio, o EBITDA apresenta limitações que afetam seu uso como indicador de rentabilidade ou liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido ou fluxo de caixa operacional. Além disso, o EBITDA não possui significado padrão, e nossa definição pode não ser comparável com a definição adotada por outras Companhias. Os resultados extraordinários considerados para efeito de cálculo do EBITDA Ajustado e do Lucro Líquido Ajustado também não devem ser considerados como alternativa ao EBITDA e ao lucro líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Aviso Legal

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento do Magazine Luiza são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das aprovações e licenças necessárias para homologação dos projetos, condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio. O presente relatório de desempenho inclui dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros pro forma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

Notas Explicativas



Magazine Luiza S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018 e 2017

magazineluiza
vem ser feliz

Notas Explicativas

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações dos valores adicionados	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis	16

Notas Explicativas



Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e diretores da Magazine Luiza S.A.
Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2018 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e

Notas Explicativas



consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Discussões tributárias – Controladora e Consolidado

Veja as Notas 12 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária. Esse assunto exige da Companhia e de seus assessores jurídicos julgamento significativo na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, valores envolvidos, da probabilidade de êxito dessas discussões, e mensuração e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes. Em função da complexidade do assunto e do ambiente tributário no Brasil, mudanças nos julgamentos efetuados pela Companhia ou nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar os montantes reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, e mensuração e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários, incluindo a avaliação do julgamento exercido pela Companhia. Envolvemos especialistas em impostos e em assuntos legais na análise de opiniões legais preparados pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, quando aplicável, bem como por meio da obtenção de confirmações externas junto aos assessores legais externos da Companhia. Avaliamos as provisões reconhecidas, mensuração dos ativos fiscais reconhecidos e se as divulgações dos ativos e passivos contingentes efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetaram a mensuração dos ativos fiscais os quais foram registrados pela administração.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e as divulgações sobre as provisões, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Reconhecimento de receita no final do exercício – Controladora e Consolidado

Notas Explicativas



Veja a Nota 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>As receitas da Companhia derivam essencialmente de venda de mercadorias, que é geralmente reconhecida após o faturamento e saída das mercadorias dos estabelecimentos e que envolve operações de montantes relevantes, pulverizadas, descentralizadas e que ocorrem em grande volume. O processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício envolve julgamento pela Companhia na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Eventuais falhas nesses controles podem impactar a mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício e, conseqüentemente, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Analisamos os prazos médios de entrega utilizados pela Companhia na estimativa do cálculo de vendas faturadas e não entregues no fechamento do exercício e comparamos com os prazos médios das vendas efetuadas no final do exercício, em base amostral. Avaliamos ainda a divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa abordagem de auditoria e, conseqüentemente, ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação das receitas reconhecidas, os quais foram registrados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
<p>Outros assuntos</p>	

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas

Notas Explicativas



demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

Notas Explicativas



consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa

Notas Explicativas



independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai
Contadora CRC 1SP249703/O-5

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	548.553	370.926	599.087	412.707
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	409.111	1.259.553	409.111	1.259.553
Contas a receber	9	2.024.685	1.233.983	2.051.557	1.241.290
Estoques	10	2.790.726	1.953.963	2.810.248	1.969.333
Contas a receber de partes relacionadas	11	193.635	99.985	190.190	96.766
Tributos a recuperar	12	299.746	198.894	303.691	200.678
Outros ativos		46.357	75.754	48.506	77.290
Total do ativo circulante		6.312.813	5.193.058	6.412.390	5.257.617
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	-	-	214	-
Contas a receber	9	7.571	4.741	7.571	4.741
Tributos a recuperar	12	150.624	166.033	150.624	166.033
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	171.488	219.321	181.012	223.100
Depósitos judiciais	21	349.228	310.899	349.239	310.901
Outros ativos		32.442	42.464	34.154	44.387
Investimentos em controladas	14	146.703	78.530	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	15	308.462	311.347	308.462	311.347
Imobilizado	16	749.463	567.085	754.253	569.027
Intangível	17	501.539	486.111	598.822	532.360
Total do ativo não circulante		2.417.520	2.186.531	2.834.351	2.161.896
Total do ativo		8.730.333	7.379.589	8.796.741	7.419.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	4.068.459	2.898.025	4.105.244	2.919.541
Empréstimos e financiamentos	19	130.685	434.294	130.743	434.294
Salários, férias e encargos sociais		250.792	231.820	258.983	236.584
Tributos a recolher		135.384	81.196	140.979	84.451
Contas a pagar a partes relacionadas	11	125.353	89.486	125.383	89.521
Receita diferida	20	39.157	41.566	39.157	41.566
Dividendos a pagar		182.000	64.273	182.000	64.273
Outras contas a pagar		403.805	261.773	406.109	265.806
Total do passivo circulante		5.335.635	4.102.433	5.388.598	4.136.036
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	323.402	437.204	325.224	437.204
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	377.444	297.138	387.355	301.534
Receita diferida	20	390.980	468.837	390.980	468.837
Outras contas a pagar		-	-	1.712	1.925
Total do passivo não circulante		1.091.826	1.203.179	1.105.271	1.209.500
Total do passivo		6.427.461	5.305.612	6.493.869	5.345.536
Patrimônio Líquido					
Capital social	22	1.719.886	1.719.886	1.719.886	1.719.886
Reserva de capital		52.175	37.094	52.175	37.094
Ações em tesouraria		(87.015)	(13.955)	(87.015)	(13.955)
Reserva legal		65.645	39.922	65.645	39.922
Reservas de lucros		546.850	288.371	546.850	288.371
Ajuste de avaliação patrimonial		5.331	2.659	5.331	2.659
Total do patrimônio líquido		2.302.872	2.073.977	2.302.872	2.073.977
Total do Passivo e Patrimônio líquido		8.730.333	7.379.589	8.796.741	7.419.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	23	15.385.737	11.799.027	15.590.444	11.984.250
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	24	(10.941.965)	(8.305.003)	(11.053.022)	(8.378.239)
Lucro bruto		4.443.772	3.494.024	4.537.422	3.606.011
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	25	(2.713.474)	(2.095.278)	(2.747.447)	(2.119.953)
Gerais e administrativas	25	(557.944)	(503.352)	(596.143)	(536.026)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(59.737)	(41.914)	(59.737)	(41.921)
Depreciação e amortização	16 e 17	(161.811)	(142.099)	(163.690)	(143.059)
Resultado de equivalência patrimonial	14 e 15	61.841	92.022	57.757	86.156
Outras receitas operacionais, líquidas	25 e 26	49.608	32.224	53.389	36.486
		(3.381.517)	(2.658.397)	(3.455.871)	(2.718.317)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.062.255	835.627	1.081.551	887.694
Receitas financeiras		149.528	159.363	133.929	110.107
Despesas financeiras		(426.546)	(518.881)	(428.617)	(520.928)
Resultado financeiro	27	(277.018)	(359.518)	(294.688)	(410.821)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		785.237	476.109	786.863	476.873
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13	(187.808)	(87.087)	(189.434)	(87.851)
Lucro líquido do exercício		597.429	389.022	597.429	389.022
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		597.429	389.022	597.429	389.022
Lucro por ação					
Básico (reais por ação)	22	3,162	2,203	3,162	2,203
Diluído (reais por ação)	22	3,137	2,186	3,137	2,186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	597.429	389.022
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes - ORA	38	2.649
Efeito dos impostos	227	(1.192)
Total	265	1.457
Ativos financeiros mensurados ao valor justo - VJORA	3.648	-
Efeito dos impostos	(1.241)	-
Total	2.407	-
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	2.672	1.457
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	600.101	390.479
Atribuível a:		
Acionistas controladores	600.101	390.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas Explicativas

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reservas de Lucros				Lucros ou prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
					Reservas de reforço de Capital de giro	Reservas de Incentivos fiscais	Reservas de Capital de giro	Reservas de Incentivos fiscais			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	606.505	19.030	(28.729)	20.471	3.107	-	-	-	1.202	621.586	
Emissão de ações ordinárias	1.144.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1.144.000	
Gastos com emissão de ações, líquidas de impostos	(30.619)	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.619)	
Plano de ações	-	9.836	-	-	-	-	-	-	-	9.836	
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de compra de ações	-	8.228	14.774	-	-	-	-	-	-	23.002	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	389.022	-	389.022	
Destinações:											
Reserva legal	-	-	-	19.451	-	-	-	(19.451)	-	-	
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.107)	-	-	(6.200)	-	(9.307)	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)	
Reservas de lucros	-	-	-	-	220.072	68.299	-	(288.371)	-	-	
Outros resultados abrangentes:	1.719.886	37.094	(13.955)	39.922	220.072	68.299	-	1.202	-	2.072.520	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	1.457	-	1.457	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.719.886	37.094	(13.955)	39.922	220.072	68.299	-	2.659	-	2.073.977	
Dividendos declarados	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)	
Plano de ações	-	17.673	-	-	-	-	-	-	-	17.673	
Ações em tesouraria	-	-	(87.984)	-	-	-	-	-	-	(87.984)	
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de ações	-	(2.592)	14.924	-	-	-	-	-	-	12.332	
Adoção inicial IFRS 9 e 15 na controladora	-	-	-	-	(24.411)	-	-	-	-	(24.411)	
Adoção inicial IFRS 9 em controlada em conjunto	-	-	-	-	(56.816)	-	-	-	-	(56.816)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	597.429	-	597.429	
Destinações:											
Reserva legal	-	-	-	25.723	-	-	-	(25.723)	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(182.000)	-	(182.000)	
Reservas de lucros	-	-	-	-	306.715	82.991	-	(389.706)	-	-	
Outros resultados abrangentes:	1.719.886	52.175	(87.015)	65.645	395.560	151.290	-	2.659	-	2.300.200	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	2.672	-	2.672	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.719.886	52.175	(87.015)	65.645	395.560	151.290	-	5.331	-	2.302.872	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

Magazine Luiza S.A.

 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		597.429	389.022	597.429	389.022
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	13	187.808	87.087	189.434	87.851
Depreciação e amortização	16 e 17	161.811	142.099	163.690	143.059
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	19	49.714	180.742	49.714	180.759
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(18.299)	(53.244)	(18.299)	(53.244)
Equivalência patrimonial	14 e 15	(61.841)	(92.022)	(57.757)	(86.156)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		130.212	88.692	130.550	88.582
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	98.428	49.832	95.113	45.279
Resultado na venda de ativo imobilizado	26	88	(2.875)	88	(2.875)
Apropriação da receita diferida	26	(76.947)	(42.820)	(76.947)	(42.820)
Despesas com plano de opção de ações		17.673	5.594	17.673	5.594
Lucro líquido do exercício ajustado		1.086.076	752.107	1.090.688	755.051
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(910.101)	(712.268)	(925.580)	(713.915)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		867.363	(399.682)	867.149	(399.682)
Estoques		(878.508)	(402.908)	(882.998)	(408.717)
Contas a receber de partes relacionadas		(98.920)	(26.315)	(92.707)	(25.707)
Tributos a recuperar		(85.443)	73.465	(85.919)	73.175
Outros ativos		2.406	(39.017)	2.962	(39.084)
Variação nos ativos operacionais		(1.103.203)	(1.506.725)	(1.117.093)	(1.513.930)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		1.170.434	544.552	1.185.107	554.581
Salários, férias e encargos sociais		18.972	47.031	19.946	48.174
Tributos a recolher		22.170	6.304	22.420	7.171
Contas a pagar a partes relacionadas		32.548	16.563	32.543	16.566
Outras contas a pagar		74.045	125.160	71.778	124.736
Variação nos passivos operacionais		1.318.169	739.610	1.331.794	751.228
Imposto de renda e contribuição social pagos		(96.622)	(29.040)	(100.589)	(31.799)
Recebimento de dividendos		39.444	60.374	31.364	58.927
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		1.243.864	16.326	1.236.164	19.477
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	16	(284.531)	(100.529)	(285.072)	(101.995)
Aquisição de ativo intangível	17	(76.490)	(67.228)	(79.334)	(68.819)
Recebimento de venda de imobilizado		-	3.152	-	3.152
Aumento de capital em controlada em conjunto e AFAC em controladas	14	(46.332)	(5.425)	(30.000)	-
Investimento em controlada		(3.212)	(1.000)	294	(996)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(410.565)	(171.030)	(394.112)	(168.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	-	502.617	-	502.617
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(412.590)	(1.433.953)	(412.590)	(1.434.097)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	(53.157)	(214.018)	(53.157)	(214.029)
Pagamento de dividendos		(114.273)	(32.369)	(114.273)	(32.369)
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	22	(75.652)	27.244	(75.652)	27.244
Recursos provenientes da emissão de ações		-	1.144.000	-	1.144.000
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos		-	(30.619)	-	(30.619)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(655.672)	(37.098)	(655.672)	(37.253)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		177.627	(191.802)	186.380	(186.434)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		370.926	562.728	412.707	599.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		548.553	370.926	599.087	412.707
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		177.627	(191.802)	186.380	(186.434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS**Magazine Luiza S.A.****Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	17.853.991	13.525.956	18.089.439	13.729.413
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(59.737)	(41.914)	(59.737)	(41.921)
Outras receitas operacionais	63.125	36.240	66.912	40.505
	17.857.379	13.520.282	18.096.614	13.727.997
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(11.628.141)	(9.062.145)	(11.739.569)	(9.135.777)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.456.354)	(1.046.521)	(1.503.073)	(1.082.723)
Perda e recuperação de valores ativos	(44.203)	(36.244)	(44.541)	(36.127)
	(13.128.698)	(10.144.910)	(13.287.183)	(10.254.627)
Valor adicionado bruto	4.728.681	3.375.372	4.809.431	3.473.370
Depreciação e amortização	(161.811)	(142.099)	(163.690)	(143.059)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.566.870	3.233.273	4.645.741	3.330.311
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	61.841	92.022	57.757	86.156
Receitas financeiras	149.528	159.363	133.929	110.107
Valor adicionado total a distribuir	4.778.239	3.484.658	4.837.427	3.526.574
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	992.772	811.069	1.010.082	825.353
Benefícios	255.431	185.325	258.282	188.064
FGTS	86.841	74.235	88.293	75.376
	1.335.044	1.070.629	1.356.657	1.088.793
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	719.926	277.573	729.386	284.548
Estaduais	1.280.216	857.949	1.303.768	870.253
Municipais	53.648	45.127	55.275	47.073
	2.053.790	1.180.649	2.088.429	1.201.874
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	354.119	472.137	355.585	473.853
Aluguéis	374.707	335.511	375.598	336.198
Outras	63.150	36.710	63.729	36.834
	791.976	844.358	794.912	846.885
Remuneração de capital próprio:				
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	182.000	75.000	182.000	75.000
Lucro retidos	415.429	314.022	415.429	314.022
	4.778.239	3.484.658	4.837.427	3.526.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “MGLU3” e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (nota explicativa 15), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e “holding” é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como “Companhia” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía 954 lojas (858 lojas em 31 de dezembro de 2017) e 12 centros de distribuição (10 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2017) localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País e atuava nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br e www.epocacosmeticos.com.br.

Em 20 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo

NOTAS EXPLICATIVAS

método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - %	Participação - %
		2018	2017
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Logbee	Empresa de tecnologia aplicada a logística	100%	-
Softbox Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	-
Certa Administração	Marketplace de serviços financeiros	100%	-
Kelex Tecnologia	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	-

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, exceto pela adoção das IFRS 09 e 15, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, cujas políticas e impactos estão divulgados na nota explicativa 5.

3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e

NOTAS EXPLICATIVAS

monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

iii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa (divisão de lojas físicas) e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica “Receitas de vendas de mercadorias”, também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. Sua

NOTAS EXPLICATIVAS

reversão é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.5. Benefício de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

3.6. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

NOTAS EXPLICATIVAS

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 23 - Receita líquida de vendas: determinação se a Companhia atua como agente na transação ou como principal; e
- Nota explicativa 32- Arrendamentos compromissados: determinação se um contrato contém um arrendamento e classificação de arrendamento mercantil.

b) Incertezas sobre estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.2 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 9 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa 10 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.
- Nota explicativa 13 - Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 14 - Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Nota explicativa 16 e 17 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Nota explicativa 17 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto

NOTAS EXPLICATIVAS

grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;

- Notas explicativas 21- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

Adoção inicial do CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47/ IFRS 15- Receita de Contrato com Cliente

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 -Receitas de Contratos com Clientes usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes.

O quadro abaixo demonstra os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

as Explicativas



Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial	Saldo após adoção inicial	
	01/01/2018	IFRS9	IFRS15	01/01/2018	IFRS9	IFRS15	01/01/2018	
Ativo								
Circulante								
Contas a receber	1.233.983	(34.209)	-	1.199.774	(34.209)	-	1.207.081	
Estoques	1.953.963	-	2.458	1.956.421	-	2.458	1.971.791	
Contas a receber com partes relacionadas	99.985	(2.010)	-	97.975	(2.010)	-	94.756	
Demais ativos	1.905.127	-	-	1.905.127	-	-	1.950.228	
Total do ativo circulante	5.193.058	(36.219)	2.458	5.159.297	(36.219)	2.458	5.223.856	
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	219.321	12.315	261	231.897	12.315	261	235.676	
Investimentos em controladas em conjunto	311.347	(56.816)	-	254.531	(56.816)	-	254.531	
Demais ativos	1.655.863	-	-	1.655.863	-	-	1.627.449	
Total do ativo não circulante	2.186.531	(44.501)	261	2.142.291	(44.501)	261	2.117.656	
Total do ativo	7.379.589	(80.720)	2.719	7.301.588	(80.720)	2.719	7.341.512	
Passivo								
Circulante								
Demais passivos	3.840.660	-	-	3.840.660	-	-	3.606.038	
Outras contas a pagar	261.773	-	3.226	264.999	-	3.226	533.224	
Total do passivo circulante	4.102.433	-	3.226	4.105.659	-	3.226	4.139.262	
Não circulante								
Total do passivo não circulante	1.203.179	-	-	1.203.179	-	-	1.209.500	
Total do passivo	5.305.612	-	3.226	5.308.838	-	3.226	5.348.762	
Patrimônio líquido	2.073.977	(80.720)	(507)	1.992.750	(80.720)	(507)	1.992.750	
Total do Passivo e Patrim. líquido	7.379.589	(80.720)	2.719	7.301.588	(80.720)	2.719	7.341.512	



Notas Explicativas

a) CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente:

- Estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

	01/01/2018
Receita líquida de vendas	(3.226)
Custo das mercadorias revendidas	2.458
IR/CS	261
Efeito da adoção inicial	<u>(507)</u>

A Companhia avaliou os impactos do programa de fidelização de clientes, devoluções de serviços, serviços oferecidos gratuitamente e não foi identificado valores materiais para ajuste na adoção inicial.

b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Notas Explicativas

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA (ver nota explicativa 29): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Notas Explicativas



Categoria de instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	91.928	91.928
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	Empréstimos e recebíveis	VJORA	837.201	817.717
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	408.830	394.105
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	54.428	54.428
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Empréstimos e recebíveis	VJR	42.338	40.328
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa	A valor justo por meio do resultado	VJR	320.779	320.779
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo não exclusivos	A valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	10.995	10.995
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo exclusivo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.247.180	1.247.180
Instrumentos Derivativos Ativo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.378	1.378
			3.015.057	2.978.838

ii) *Impairment de Ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “*forward looking*”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.



Notas Explicativas

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação do *impairment*

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

Impacto do novo modelo de *impairment*

Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por *impairment* devem aumentar e se tornar mais voláteis.

Contas a receber e ativos contratuais

A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 12 meses.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: nível de risco de crédito e status de inadimplência. A experiência real de perda de crédito foi ajustada por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos macroeconômicos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A seguir apresentaremos o efeito total do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

	01/01/2018
Contas a receber-Cartão de Crédito-VJORA	(19.483)
Contas a receber - PCLD - <i>Impairment</i>	(14.726)
Contas a receber com partes relacionadas - Cartão de Crédito - VJR	(2.010)
Investimentos em controlada em conjunto - <i>Impairment</i>	(56.816)
IR/CS	12.315
Efeito da adoção inicial	<u>(80.720)</u>



Notas Explicativas

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período de aplicação inicial.

(a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus contratos que foram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia optará por utilizar as isenções para contratos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor. A natureza das despesas relacionadas aos arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia atualmente reconhece uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhece ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá um direito de uso e obrigações adicionais de arrendamento no montante aproximado de R\$ 2,7 bilhões em 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em debêntures descritos na nota explicativa 19.

Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar devido a determinadas premissas utilizadas pela Companhia, ainda estarem sujeitas a refinamentos, dentre elas:

- definição de prazos dos contratos, incluindo julgamento sobre renovações;
- premissas relacionadas a taxas de descontos que levam em consideração, dentre outros, avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos, garantias e valores dos contratos de arrendamento;
- uso de taxa de desconto real (desconsiderando a inflação);
- fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento que foram estimados brutos de PIS e COFINS, desconsiderando os valores de créditos que a Companhia espera obter desses impostos.



Notas Explicativas

- a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

b) IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Companhia está em fase de avaliação dos impactos da norma, porém não espera efeitos significativos da adoção.

c) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Na nota explicativa 29 está descrita a prática e política de risco de crédito.

Taxas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	62.874	38.614	62.985	38.621
Bancos	73.186	51.946	75.310	53.307
Certificados de depósitos bancários	De 70% a 101% CDI	280.173	416.401	293.150
Fundos de investimentos não exclusivos	101% CDI	193	44.391	27.629
Total de caixa e equivalentes de caixa	548.553	370.926	599.087	412.707

A análise de risco crédito e análise de sensibilidade estão apresentadas na Nota 29.



Notas Explicativas

8. Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros

Ativos financeiros	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Títulos e valores mobiliários					
Fundo de investimento não exclusivo	97% CDI	11.455	10.995	11.669	10.995
Fundo de investimento exclusivo:	(a)				
Títulos públicos federais e operações compromissadas		397.656	1.242.828	397.656	1.242.828
Depósitos a prazo e outros títulos		-	4.352	-	4.352
	Nota 11	397.656	1.247.180	397.656	1.247.180
Total de títulos e valores mobiliários		409.111	1.258.175	409.325	1.258.175
Outros ativos financeiros - registrados ao valor justo por meio do resultado					
Swap a receber - Hedge de valor justo	(b)	-	1.378	-	1.378
Total de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		409.111	1.259.553	409.325	1.259.553
Circulante		409.111	1.259.553	409.111	1.259.553
Não Circulante		-	-	214	-

(a) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de retornar a rentabilidade média de 103% do CDI à Companhia.

(b) Contabilização de hedge de valor justo, conforme detalhado na Nota 29.

A análise de risco crédito e análise de sensibilidade estão apresentadas na Nota 29.

9. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota 5.

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes:				
Cartões de crédito (a)	1.477.322	818.154	1.492.316	820.267
Cartões de débito (a)	13.967	16.934	13.967	16.934
Credenciário próprio (b)	224.146	164.725	229.229	165.373
Demais contas a receber (c)	150.091	63.517	151.801	63.517
Total de contas a receber de clientes	1.865.526	1.063.330	1.887.313	1.066.091
Provenientes de acordos comerciais (d)	279.346	252.146	284.431	256.697
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(73.510)	(42.672)	(73.510)	(42.672)
Ajuste a valor presente	(39.106)	(34.080)	(39.106)	(34.085)
Total de contas a receber	2.032.256	1.238.724	2.059.128	1.246.031
Circulante	2.024.685	1.233.983	2.051.557	1.241.290
Não circulante	7.571	4.741	7.571	4.741

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 30 dias (20 dias em 31 de dezembro de 2017), na controladora e consolidado.

(a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das operadoras em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda do produto. Em 31 de dezembro de 2018, a Controladora possuía créditos cedidos a instituições financeiras que montavam R\$1.360.242 (R\$ 1.506.129 em 31 de dezembro de 2017) e Consolidado R\$1.385.779 (R\$ 1.528.700 em 31 de dezembro de 2017), sobre os quais é aplicado um desconto que varia de 104,5% a 107,0% do CDI. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para às operadoras e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, líquida as contas a receber relativas a esses créditos. Com adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, a diferença entre o valor de face e o valor justo dos recebíveis passou a ser registrado em outros resultados abrangentes e após a efetivação da liquidação do contas a receber registrados respectivos encargos financeiros, se houver, no resultado do exercício.

(b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras.

(c) Estas vendas são intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.

(d) Refere-se a bonificações a serem recebidas de fornecedores devido ao atendimento do volume de compras, negociações pontuais de campanhas de vendas, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(42.672)	(29.535)	(42.672)	(29.535)
(+) Adições	(86.008)	(52.448)	(86.008)	(52.455)
(+) Adoção inicial IFRS09	(14.726)	-	(14.726)	-
(-) Baixas	69.896	39.311	69.896	39.318
Saldo final	(73.510)	(42.672)	(73.510)	(42.672)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

Notas Explicativas



	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valores a vencer:								
Até 30 dias	168.436	151.232	190.223	153.993	45.816	92.319	50.901	96.870
Entre 31 e 60 dias	114.711	99.316	114.711	99.316	123.446	106.629	123.446	106.629
Entre 61 e 90 dias	122.706	66.499	122.706	66.499	69.490	23.797	69.490	23.797
Entre 91 e 180 dias	880.668	284.648	880.668	284.648	31.459	17.186	31.459	17.186
Entre 181 e 360 dias	524.688	430.941	524.688	430.941	1.513	1.837	1.513	1.837
Acima de 361 dias	14.348	10.202	14.348	10.202	-	1.103	-	1.103
	1.825.557	1.042.838	1.847.344	1.045.599	271.724	242.871	276.809	247.422
Valores vencidos:								
Até 30 dias	11.425	6.105	11.425	6.105	2.282	5.499	2.282	5.499
Entre 31 e 60 dias	7.160	3.599	7.160	3.599	1.779	284	1.779	284
Entre 61 e 90 dias	6.027	3.065	6.027	3.065	802	148	802	148
Entre 91 e 180 dias	15.357	7.723	15.357	7.723	2.759	3.344	2.759	3.344
	39.969	20.492	39.969	20.492	7.622	9.275	7.622	9.275
Total	1.865.526	1.063.330	1.887.313	1.066.091	279.346	252.146	284.431	256.697

A análise de risco crédito está apresentada na Nota 29.

10. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição e a descontos comerciais. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias encaminhas à assistência técnica e a provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	2.850.966	2.000.926	2.871.342	2.016.812
Material para consumo	8.699	9.073	8.699	9.073
Provisões para perdas nos estoques	(68.939)	(56.036)	(69.793)	(56.552)
Total	2.790.726	1.953.963	2.810.248	1.969.333

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui estoques de mercadorias para revendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$30.761 (R\$ 24.364 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(56.036)	(40.894)	(56.552)	(41.527)
Constituição da provisão	(44.203)	(36.244)	(44.541)	(36.127)
Estoques baixados ou vendidos	31.300	21.102	31.300	21.102
Saldo final	(68.939)	(56.036)	(69.793)	(56.552)

Notas Explicativas

11. Partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	10.176	10.919	10.176	10.919	162.544	130.004	162.544	130.004
CDC	3.439	2.533	3.439	2.533	-	-	-	-
Cartão de crédito	106.687	42.338	106.687	42.338	(232.550)	(169.955)	(232.550)	(169.955)
Repasses de recebimentos	(58.367)	(43.631)	(58.367)	(43.631)	-	-	-	-
Dividendos a receber	1.322	-	1.322	-	-	-	-	-
Reembolso de despesa compartilhadas	12.221	-	12.221	-	73.816	63.703	73.816	63.703
	75.478	12.159	75.478	12.159	3.810	23.752	3.810	23.752
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	46.825	30.435	46.825	30.435	352.252	272.089	352.252	272.089
Dividendos a receber	4.976	9.869	4.976	9.869	-	-	-	-
Repasses de recebimentos	(55.600)	(43.373)	(55.600)	(43.373)	-	-	-	-
Clawback – contrato exclusividade	(4.282)	-	(4.282)	-	-	-	-	-
	(8.081)	(3.069)	(8.081)	(3.069)	352.252	272.089	352.252	272.089
Total de controladas em conjunto	67.397	9.090	67.397	9.090	356.062	295.841	356.062	295.841
Luiza Administradora de Consórcio ("LAC") (iii)								
Comissões por serviços prestados	1.286	1.087	-	-	12.413	12.035	-	-
Dividendos a receber	2.093	1.782	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	(1.063)	(590)	(1.063)	(590)	-	-	-	-
	2.316	2.279	(1.063)	(590)	12.413	12.035	-	-
Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. (iv)								
Comissões por serviços prestados	66	22	-	-	360	127	-	-
Donatelo - "Integra Commerce"(v)								
Reembolso de despesas compartilhadas	-	328	-	-	148	328	-	-
Abelha - "Logbee"(vi)								
Despesas com fretes	-	-	-	-	(1.929)	-	-	-
Total de controladas	2.382	2.629	(1.063)	(590)	10.992	12.490	-	-
MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. (vii)								
Aluguéis e outras despesas	(1.222)	(1.176)	(1.225)	(1.179)	(23.573)	(22.107)	(23.616)	(22.149)
PJD Agropastoril Ltda. (viii)								
Aluguéis, fretes e outras despesas	(31)	(44)	(58)	(76)	(2.607)	(2.610)	(2.969)	(2.989)
LH Agropastoril, Administração de participações Ltda. (ix)								
Aluguéis	(77)	-	(77)	-	(911)	-	(911)	-
ETCO - Sociedade em Conta de Participação (x)								
Comissão de agenciamento -"Fee"	-	-	-	-	(6.229)	(8.770)	(6.229)	(8.770)
Despesa com veiculação de mídia	(167)	-	(167)	-	(200.612)	(176.261)	(200.612)	(176.261)
	(167)	-	(167)	-	(206.841)	(185.031)	(206.841)	(185.031)
Total de outras partes relacionadas	(1.497)	(1.220)	(1.527)	(1.255)	(233.932)	(209.748)	(234.337)	(210.169)
Total partes relacionadas	68.282	10.499	64.807	7.245	133.122	98.583	121.725	85.672

Notas Explicativas

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de partes relacionadas	193.635	99.985	190.190	96.766
Contas a pagar a partes relacionadas	(125.353)	(89.486)	(125.383)	(89.521)
Total	68.282	10.499	64.807	7.245

Demais partes relacionadas: Títulos e valores mobiliários	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fundos de investimentos (xi)	397.656	1.247.180	397.656	1.247.180	17.992	52.268	17.992	52.268

- (i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
- Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;
 - Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
 - Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Acesso aos sistemas e rede de telecomunicações, além de arquivamento e disponibilidade de espaço físico nos pontos de venda. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;
- (ii) Os valores a receber (ativo circulante) e receitas da Luizaseg, controlada em conjunto com a NCPV Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A., são decorrentes de comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia referentes às vendas de garantias estendidas e dividendos propostos. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses de garantias estendidas vendidas, realizados à Luizaseg, em sua totalidade, no mês subsequente às vendas. Em 2018 foi registrado um saldo a pagar decorrente a "clawback" do contrato de exclusividade firmado em 2015 (nota 20).
- (iii) Os valores a receber (ativo circulante) da LAC, controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à LAC referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- (iv) As transações com a Campos Floridos- "Época Cosméticos", controlada integral, referem-se ao custo de aquisição de mercadorias para revenda e também comissões com vendas via plataforma de *Marketplace* da controladora.
- (v) As transações com a Donatelo - "Integra Commerce", controlada integral, referem-se a reembolso de despesas compartilhadas.
- (vi) As transações com a Abelha - "Logbee", controlada integral, referem-se a despesas com frete.
- (vii) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. ("MTG"), controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e escritório central e reembolso de despesas.
- (viii) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de imóveis comerciais para estabelecimento de suas lojas, aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias e despesas com copa e cozinha.
- (ix) As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais.
- (x) As transações com a ETCO, Sociedade em Conta de Participação que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (xi) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e FI Caixa ML RF Longo Prazo, vide Nota 8 - Títulos e valores mobiliários).

Notas Explicativas

b) Remuneração da Administração

	2018		2017	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	3.833	25.264	2.968	11.274
Plano de incentivos atrelados a ações	94	4.913	188	1.400

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados as ações, mencionado na nota explicativa 22. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 13 de abril de 2018, a remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em que é previsto o limite máximo de remuneração de R\$ 28.480.

12. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar (a)	411.267	341.473	411.267	341.495
IRPJ e CSLL a recuperar	8.718	-	10.544	142
IRRF a recuperar	642	7.793	749	7.794
PIS e COFINS a recuperar	27.230	13.148	29.242	14.767
Outros	2.513	2.513	2.513	2.513
	450.370	364.927	454.315	366.711
Ativo circulante	299.746	198.894	303.691	200.678
Ativo não circulante	150.624	166.033	150.624	166.033

(a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos estados de origem do crédito.

13. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.



Notas Explicativas

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Subvenções Governamentais para Investimento

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.



Notas Explicativas

a) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	785.237	476.109	786.863	476.873
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa débito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(266.981)	(161.877)	(267.533)	(162.137)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	21.026	31.287	19.637	29.293
Efeito de juros sobre o capital próprio a pagar	38.080	25.500	38.080	25.500
Efeito de subvenção governamental ⁽¹⁾	28.217	23.222	28.217	23.222
Efeito da inovação tecnológica	6.002	4.892	6.002	4.892
Efeito de juros sobre o capital próprio a receber	(9.265)	(9.363)	(9.265)	(9.363)
Outras exclusões permanentes, líquidas	(4.887)	(748)	(4.572)	742
Débito de imposto de renda e contribuição social	(187.808)	(87.087)	(189.434)	(87.851)
Corrente	(128.640)	(73.201)	(132.913)	(76.823)
Diferido	(59.168)	(13.886)	(56.521)	(11.028)
Total	(187.808)	(87.087)	(189.434)	(87.851)
Taxa efetiva	23,9%	18,3%	24,1%	18,4%

- (1) A Companhia possui subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas. Até o encerramento do exercício de 2018 e 2017, a Companhia cumpriu com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.



as Explicativas

Impostos diferidos

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora							
	Saldo em 01/01/2017	Resultado	Compensação prejuízo fiscal com PERT	Saldo em 31/12/2017	Resultado	Adoção IFRS 09 e 15	VJORA	Saldo em 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	147.479	(25.680)	(7.882)	113.917	(57.777)	-	-	56.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.042	4.466	-	14.508	5.478	5.007	-	24.993
Provisão para perda nos estoques	13.904	5.148	-	19.052	4.387	-	-	23.439
Provisão para ajustes a valor presente	5.890	2.758	-	8.648	258	-	-	8.906
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	93.518	7.509	-	101.027	12.399	-	-	113.426
Variações cambiais	14.895	(10.212)	-	4.683	(4.683)	-	-	-
Outras provisões	4.553	6.603	-	11.156	3.115	7.569	(1.241)	20.599
	290.281	(9.408)	(7.882)	272.991	(36.823)	12.576	(1.241)	247.503
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:								
Amortização de intangível	(40.788)	(891)	-	(41.679)	-	-	-	(41.679)
Depósitos judiciais	(6.203)	(2.793)	-	(8.996)	(22.138)	-	-	(31.134)
Outros	(2.201)	(794)	-	(2.995)	(207)	-	-	(3.202)
	(49.192)	(4.478)	-	(53.670)	(22.345)	-	-	(76.015)
	241.089	(13.886)	(7.882)	219.321	(59.168)	12.576	(1.241)	171.488

as Explicativas



	Consolidado								
	Saldo em 01/01/2017	Resultado	Compensação prejuízo fiscal com PERT	Saldo em 31/12/2017	Resultado	Adoção IFRS 09 e 15	Adivindo de aquisição de controlada	VJORA	Saldo em 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:									
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	147.907	(22.772)	(7.882)	117.253	(55.249)	-	-	-	62.004
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.042	4.466	-	14.508	5.478	5.007	-	-	24.993
Provisão para perda nos estoques	14.120	5.109	-	19.229	4.500	-	-	-	23.729
Provisão para ajustes a valor presente	5.913	2.758	-	8.671	235	-	-	-	8.906
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	93.722	7.513	-	101.235	12.463	-	3.098	-	116.796
Variações cambiais	14.895	(10.212)	-	4.683	(4.683)	-	-	-	-
Outras provisões	4.603	6.588	-	11.191	3.080	7.569	-	(1.241)	20.599
	291.202	(6.550)	(7.882)	276.770	(34.176)	12.576	3.098	(1.241)	257.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:									
Amortização de intangível	(40.788)	(891)	-	(41.679)	-	-	-	-	(41.679)
Depósitos judiciais	(6.203)	(2.793)	-	(8.996)	(22.138)	-	-	-	(31.134)
Outros	(2.201)	(794)	-	(2.995)	(207)	-	-	-	(3.202)
	(49.192)	(4.478)	-	(53.670)	(22.345)	-	-	-	(76.015)
	242.010	(11.028)	(7.882)	223.100	(56.521)	12.576	3.098	(1.241)	181.012

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Ano de realização	Controladora	Consolidado
2019	117.714	118.678
2020	23.134	23.808
2021	13.421	19.959
2022	7.798	8.472
2023 em diante	9.421	10.095
	171.488	181.012

14. Investimentos em controladas

a. Combinação de Negócios

Política Contábil

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Abelha Serviços de Hospedagem na Internet Ltda - ME - “Logbee”

Em 07 de maio de 2018, foi celebrado o contrato de aquisição de 100% das cotas de capital da startup de tecnologia aplicada à logística Logbee, de São Paulo (SP), que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos.

Contraprestação transferida

Caixa	3.000
Contraprestação contingente	<u>5.000</u>
Total negociado	<u>8.000</u>

O valor de contraprestação contingente está vinculado ao cumprimento de determinadas metas da Logbee ao longo de 5 anos.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	Valor justo
Ativo circulante	424
Intangível (i)	<u>3.954</u>
Ativo não circulante	<u>4</u>
Total do ativo	<u>4.382</u>
Passivo circulante	138
Patrimônio líquido	<u>4.244</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>4.382</u>

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida	8.000
Valor justo dos ativos líquidos indetificáveis	<u>(4.244)</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>3.756</u>

Ativos Intangíveis

- (i) A Companhia contratou empresa independente de consultoria especializada para identificação dos ativos intangíveis e melhor alocação do preço de aquisição. Tais valores foram atribuídos principalmente à plataforma de tecnologia relacionada a entregas de mercadorias desenvolvida pela adquirida. Os valores estão divulgados na nota explicativa 17.

Técnicas de avaliação dos ativos adquiridos

As técnicas avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

- Marca: utilizado o método Relief-from-Royalty, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la.
- Software: utilizado o método Withor Withoute calcula a diferença na geração de fluxos de caixa futuros entre dois cenários, um com o software e um cenário hipotético sem este ativo.
- Carteira de clientes: utilizado o método de Renda, que enfoca na capacidade de formação de renda do ativo identificado ou negócio.
- Força de trabalho: utilizado o método de custo de reposição.

O ágio pago de R\$ 3.756 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos da sinergia decorrente da aquisição da Logbee e não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

“Grupo Softbox”

Em 13 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade de controle das empresas Softbox Sistemas de Informação, Certa Administração e Kelex Tecnologia, que conjuntamente passamos a chamar de “Grupo Softbox” ou apenas “Softbox”.

A Softbox possui 256 colaboradores, sendo 174 desenvolvedores e especialistas em tecnologia, e oferece soluções para empresas de varejo e indústria de bens de consumo que desejam vender digitalmente ao consumidor final. A grande maioria das empresas brasileiras ainda está excluída do mundo digital, sem acesso a nenhum marketplace. Com a aquisição da Softbox, a Companhia vai ajudar na transformação de empresas analógicas em empresas digitais.

Contraprestação transferida

O preço base de aquisição definido em contrato foi de R\$ 41.850, dividido em três formas de pagamento: i) R\$ 13.950 integralmente pagos no “closing” do processo de aquisição; ii) R\$ 13.950 a serem pagos ao longo de 5 anos; e iii) R\$ 13.950 a serem pagos em 5 anos mediante cessão de ações da Companhia, ou fundos imediatamente disponíveis em caso de inviabilidade da cessão de ações, sendo a quantidade de ações calculada na data de aquisição.

Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

	Valor justo
Ativo circulante	9.592
Ativo não circulante	<u>6.012</u>
Total do ativo	<u>15.604</u>

Ativos e Passivos

Valor justo

Passivo circulante	4.796
Empréstimos não circulantes	1.822
Provisão para riscos tributários (i)	9.111
Passivo a descoberto	<u>(125)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>15.604</u>

- (i) Provisão para determinados passivos contingentes identificados no processo de Due Dilligence.

Ágio gerado na aquisição

Contraprestação transferida	41.850
Valor justo do passivo a descoberto	<u>125</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>41.975</u>

A Companhia contratou uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, trabalho este que não foi finalizado até a divulgação dessas demonstrações contábeis. Assim, a contabilização da aquisição poderá ser revista na medida queo trabalho de avaliação se encerrar.

b. Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Informações das controladas

	Época		LAC		Integra		Logbee	Softbox	Certa Adm	Kelex
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2018	2018	2018
Quotas/ações possuídas	12.855 100%	12.855 100%	6.500 100%	6.500 100%	100 100%	100 100%	16.726 100%	5.431.666 100%	100 100%	100 100%
Ativos circulantes	43.540	26.101	48.378	41.436	122	241	1.390	9.306	191	120
Ativos não circulantes	9.417	10.666	3.723	3.904	1.055	2.498	70	2.914	-	-
Passivos circulantes	37.434	23.233	13.047	12.982	335	607	796	4.789	2	28
Passivos não circulantes	-	3.784	2.512	2.537	-	-	-	1.822	-	-
Capital social	28.605	16.755	6.500	6.500	3.856	1.025	1.651	6.447	100	100
Patrimônio líquido	15.523	5.023	36.542	29.821	842	112	664	5.609	189	92
	127.098	79.007	71.251	65.352	306	758	2.762	-	-	-
Receita líquida	8	79.007	71.251	65.352	306	758	2.762	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.351)	(846)	8.814	7.505	(2.102)	(793)	(1.277)	-	-	-



Notas Explicativas

b. Movimentação dos investimentos em controladas - Continuação

Movimentação dos investimentos	Época		LAC		Integra		Logbee		Softbox	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldo iniciais	46.577	42.923	29.821	24.099	2.132	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.851	4.500	-	-	2.831	925	1.650	8.000	41.850	-
Investimentos em controladas	-	-	-	-	-	2.000	8.000	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(2.093)	(1.783)	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.351)	(846)	8.814	7.505	(2.102)	(793)	(1.277)	-	-	-
Saldo finais	57.077	46.577	36.542	29.821	2.861	2.132	8.373	8.373	41.850	41.850

Total de investimento em controladas por empresa	PL Controladas	Ágio	Mais valia	Saldo em 2018
Época Cosméticos	15.523	36.827	4.727	57.077
Administradora de Consórcio ("LAC")	36.542	-	-	36.542
Integra "Donatelo"	841	-	2.020	2.861
Abelha "Logbee"	663	3.756	3.954	8.373
Grupo Softbox (Softox, Certa e Kelex)	(125)	-	41.975	41.850
	53.444	40.583	52.676	146.703

Total de investimento em controladas por empresa	PL Controladas	Ágio	Mais valia	Saldo em 2017
Época Cosméticos	5.023	36.827	4.727	46.577
Administradora de Consórcio ("LAC")	29.821	-	-	29.821
Integra "Donatelo"	112	-	2.020	2.132
	34.956	36.827	6.747	78.530

Notas Explicativas



15. Investimentos em controladas em conjunto

Política Contábil

O investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture*.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações contábeis da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2018 e 2017.

	Luizacred (a)		Luizaseg (b)	
	2018	2017	2018	2017
Ações totais - em milhares	1.054	978	133.883	133.883
Percentual de participação direta	50%	50%	50%	50%
Ativos circulantes	7.447.394	5.108.440	233.745	174.120
Ativos não circulantes	854.518	550.506	349.992	320.376
Passivos circulantes	7.560.045	4.903.194	238.613	194.592
Passivos não circulantes	165.347	168.604	117.549	91.246
Capital social	371.102	291.700	133.883	133.883
Patrimônio líquido	576.520	587.148	227.575	208.658
Receitas líquidas	2.002.175	1.688.512	474.950	395.602
Lucro líquido do exercício	87.650	137.524	41.924	34.788

Notas Explicativas

Movimentação dos investimentos	Luizacred		Luizaseg	
	2018	2017	2018	2017
Saldos iniciais	293.574	275.477	17.773	18.353
Dividendos propostos	(22.323)	(50.665)	(11.768)	(19.431)
Outros resultados abrangentes	-	-	265	1.457
Adoção inicial IFRS 9	(56.816)	-	-	-
Aumento de capital	30.000	-	-	-
Lucros não realizados	-	-	(7.030)	-
Resultado de equivalência patrimonial	43.825	68.762	20.962	17.394
Saldos finais	288.260	293.574	20.202	17.773

Total de investimentos em controladas em conjunto

	2018	2017
Luizacred (a)	288.260	293.574
Luizaseg (b)	113.788	104.329
Luizaseg - Lucros não realizados (c)	(93.586)	(86.556)
Total de investimentos em controladas em conjunto	308.462	311.347

- (a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes na rede de lojas da Controladora.
- (b) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades de garantias e operacionais relevantes. A Luizaseg é controlada em conjunto com a NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. e tem por objeto o desenvolvimento, a venda e a administração de garantias estendidas para qualquer tipo de produto vendido no Brasil por meio da rede de lojas da Controladora.
- (c) Lucros não realizados decorrentes de transações de intermediação de vendas de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

Notas Explicativas



16. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	94.113	49.296	(19.108)	(646)	3.240	126.895
Máquinas e equipamentos	67.920	21.975	(5.591)	(158)	82	84.228
Veículos	11.073	10.225	(3.532)	(60)	-	17.706
Computadores e periféricos	38.606	40.728	(16.361)	(122)	35	62.886
Benfeitorias	333.311	-	(53.204)	(10)	47.833	327.930
Obras em andamento	8.251	150.438	-	(311)	(49.921)	108.457
Outros	13.811	11.869	(2.960)	(90)	(1.269)	21.361
	567.085	284.531	(100.756)	(1.397)	-	749.463

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	91.039	18.733	(16.684)	(401)	1.426	94.113
Máquinas e equipamentos	64.761	9.271	(5.066)	(242)	(804)	67.920
Veículos	13.796	403	(3.452)	326	-	11.073
Computadores e periféricos	35.699	16.385	(13.417)	(130)	69	38.606
Benfeitorias	331.004	-	(50.657)	(128)	53.092	333.311
Obras em andamento	11.831	49.744	-	(232)	(53.092)	8.251
Outros	11.190	5.993	(2.532)	(149)	(691)	13.811
	559.320	100.529	(91.808)	(956)	-	567.085

Notas Explicativas



	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	246.549	(119.654)	126.895	196.822	(102.709)	94.113
Máquinas e equipamentos	124.261	(40.033)	84.228	102.761	(34.841)	67.920
Veículos	41.957	(24.251)	17.706	32.410	(21.337)	11.073
Computadores e periféricos	208.843	(145.957)	62.886	169.584	(130.978)	38.606
Benfeitorias	719.399	(391.469)	327.930	673.263	(339.952)	333.311
Obras em andamento	108.457	-	108.457	8.251	-	8.251
Outros	37.517	(16.156)	21.361	27.178	(13.367)	13.811
	1.486.983	(737.520)	749.463	1.210.269	(643.184)	567.085

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Adição por aquisição de controlada		Depreciação			Saldo em 31/12/2018
		Adições		Depreciação	Baixas	Transferência	
Móveis e utensílios	94.129	49.298	-	(19.110)	(646)	3.240	126.911
Máquinas e equipamentos	67.922	21.975	-	(5.591)	(160)	82	84.228
Veículos	11.073	10.225	-	(3.532)	(60)	-	17.706
Computadores e periféricos	38.659	40.770	-	(16.370)	(122)	35	62.972
Benfeitorias	333.311	-	-	(53.204)	(10)	47.833	327.930
Obras em andamento	8.251	150.438	-	-	(311)	(49.921)	108.457
Outros	15.682	12.366	2.687	(3.325)	(92)	(1.269)	26.049
	569.027	285.072	2.687	(101.132)	(1.401)	-	754.253

	Saldo em 01/12/2017	Adição por aquisição de controlada		Depreciação			Saldo em 31/12/2017
		Adições		Depreciação	Baixas	Transferência	
Móveis e utensílios	91.039	18.750	-	(16.685)	(401)	1.426	94.129
Máquinas e equipamentos	64.761	9.273	-	(5.066)	(242)	(804)	67.922
Veículos	13.796	403	-	(3.452)	326	-	11.073
Computadores e periféricos	35.699	16.437	3	(13.419)	(130)	69	38.659
Benfeitorias	331.004	-	-	(50.657)	(128)	53.092	333.311
Obras em andamento	11.831	49.744	-	-	(232)	(53.092)	8.251
Outros	11.937	7.388	-	(2.802)	(150)	(691)	15.682
	560.067	101.995	3	(92.081)	(957)	-	569.027

	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	246.567	(119.656)	126.911	196.839	(102.710)	94.129
Máquinas e equipamentos	124.261	(40.033)	84.228	102.763	(34.841)	67.922
Veículos	41.957	(24.251)	17.706	32.410	(21.337)	11.073
Computadores e periféricos	208.940	(145.968)	62.972	169.639	(130.980)	38.659
Benfeitorias	719.399	(391.469)	327.930	673.263	(339.952)	333.311
Obras em andamento	108.457	-	108.457	8.251	-	8.251
Outros	44.596	(18.547)	26.049	31.071	(15.389)	15.682
	1.494.177	(739.924)	754.253	1.214.236	(645.209)	569.027

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou R\$ 2.146 (R\$ 1.569 em 31 de dezembro de 2017), referente aos custos de empréstimos capitalizados para a abertura de novas lojas e aquisição de instalações e de equipamentos. Foi utilizada a taxa média dos empréstimos para efetuar o cálculo dos custos de empréstimos passíveis de serem capitalizados.



Notas Explicativas

c) Taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	2018	2017
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Aeronaves	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	7,6%	7,8%

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía bens imobilizados totalmente depreciados em operação no montante de R\$ 154.632 (R\$175.460 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

d) Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

17. Intangível

Política contábil

Os ativos intangíveis representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundos de comércio) são amortizados linearmente por 10 anos, período que reflete a melhor estimativa da Administração sobre o tempo mínimo de permanência em imóvel alugado.

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 3.2.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de "Projetos em andamento".

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios referem-se, substancialmente, aos ágios apurados em aquisições de investimentos. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 3.2.

A movimentação do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi a seguinte:

Notas Explicativas

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	27.334	74	(5.063)	-	-	22.345
Software e desenvolvimento interno	143.735	18.499	(55.992)	(7)	50.012	156.247
Projetos em andamento	1.067	57.917	-	-	(50.012)	8.972
Outros	119	-	-	-	-	119
	486.111	76.490	(61.055)	(7)	-	501.539

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Fundo de comércio	33.303	150	(6.098)	(452)	431	27.334
Software e desenvolvimento interno	119.880	11.844	(44.179)	-	56.190	143.735
Projetos em andamento	2.567	55.219	-	(98)	(56.621)	1.067
Marcas e patentes	14	-	(14)	-	-	-
Outros	104	15	-	-	-	119
	469.724	67.228	(50.291)	(550)	-	486.111

	2018			2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	325.451	(11.595)	313.856	325.451	(11.595)	313.856
Fundo de comércio	139.479	(117.134)	22.345	139.719	(112.385)	27.334
Software e desenvolvimento interno	398.661	(242.414)	156.247	330.157	(186.422)	143.735
Projetos em andamento	8.972	-	8.972	1.067	-	1.067
Marcas e patentes	-	-	-	211	(211)	-
Outros	6.654	(6.535)	119	6.444	(6.325)	119
	879.217	(377.678)	501.539	803.049	(316.938)	486.111

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Adições por aquisição de controlada	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Ágio	352.703	-	45.731	-	-	-	398.434
Fundo de comércio	29.073	74	495	(5.063)	-	-	24.579
Software e desenvolvimento interno	146.011	21.317	3.108	(57.489)	(7)	50.012	162.952
Projetos em andamento	1.067	57.917	-	-	-	(50.012)	8.972
Marca e patentes	3.387	-	262	-	-	-	3.649
Outros	119	26	97	(6)	-	-	236
	532.360	79.334	49.693	(62.558)	(7)	-	598.822

Notas Explicativas



	Saldo em 01/01/2017	Adições	Adições por aquisição de controladora	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ágio	350.683	-	2.020	-	-	-	352.703
Fundo de comércio	35.042	150	-	(6.098)	(452)	431	29.073
Software e desenvolvimento interno	121.252	13.435	-	(44.866)	-	56.190	146.011
Projetos em andamento	2.567	55.219	-	-	(98)	(56.621)	1.067
Marca e patentes	3.401	-	-	(14)	-	-	3.387
Outros	104	15	-	-	-	-	119
	513.049	68.819	2.020	(50.978)	(550)	-	532.360

	2018			2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	410.029	(11.595)	398.434	364.298	(11.595)	352.703
Fundo de comércio	141.713	(117.134)	24.579	141.458	(112.385)	29.073
Software e desenvolvimento interno	409.119	(246.167)	162.952	334.696	(188.685)	146.011
Projetos em andamento	8.972	-	8.972	1.067	-	1.067
Marcas e patentes	3.649	-	3.649	3.598	(211)	3.387
Outros	6.429	(6.193)	236	6.444	(6.325)	119
	979.911	(381.089)	598.822	851.561	(319.201)	532.360

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O teste de não recuperação para o ágio na aquisição de novas redes de empresas de varejo compreende a apuração dos valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), a qual corresponde ao agrupamento de todas as lojas das redes adquiridas, que totalizaram R\$ 350.683 em 2018 e 2017 e já foram incorporadas.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	Taxa (a.a)
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	12,0% (1)
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	3,5%
Perpetuidade	3,5%

(1) Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio).

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

Notas Explicativas**18. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda - mercado interno	4.022.357	2.897.609	4.050.931	2.914.743
Outros fornecedores	81.108	34.332	89.319	38.945
Ajuste a valor presente	(35.006)	(33.916)	(35.006)	(34.147)
Total de fornecedores	4.068.459	2.898.025	4.105.244	2.919.541

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a receber o valor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira.

A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite da Companhia, somava R\$ 781.549 (R\$ 294.905 em 31 de dezembro de 2017).

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

Notas Explicativas



19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantias	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				2018	2017	2018	2017
Capital de giro em moeda estrangeira	1,43% a.a. a 6,41% a.a. +	N/A	Mar/18	-	52.519	-	52.519
Capital de giro em moeda nacional	110,7% a 125,3% do CDI	Avais	Nov/18	-	251.600	-	251.600
Debêntures - oferta restrita - 7ª. Emissão	113,5% do CDI	Clean	Jul/20	306.545	305.116	306.545	305.116
Notas promissórias (a)	109,0% a 112,0% do CDI	Clean	Mai/19	113.931	212.343	113.931	212.343
Arrendamentos Mercantis Financeiros (b)	2,5% a.a. a CDI + 2,88%	Alienação fiduciária	Dez/19	1.055	9.226	1.055	9.226
Financiamento de Inovação - FINEP (c)	4% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	29.620	37.024	29.620	37.024
Financiamento de Expansão - BNB (d)	7% a.a.	Fiança bancária	Dez/22	2.936	3.670	2.936	3.670
Outros				-	-	1.880	-
Total de empréstimos e financiamentos				454.087	871.498	455.967	871.498
Passivo circulante				130.685	434.294	130.743	434.294
Passivo não circulante				323.402	437.204	325.224	437.204

(a) A Companhia realizou as seguintes emissões de notas promissórias:

Emissões	Principal R\$ mil	Data de Emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
						2018	2017
3ª emissão- 1ª. série	100.000	10/05/2017	10/05/2018	20	109,0% do CDI	-	106.085
3ª emissão- 2ª. série	100.000	10/05/2017	10/05/2019	20	112,0% do CDI	113.931	106.258
						113.931	212.343

- (b) Refere-se a contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e software, cujos contratos possuem vencimentos finais em 2019.
- (c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.
- (d) A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA).

Notas ExplicativasConciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	871.498	1.848.638	871.498	1.848.776
Captação	-	502.617	-	502.617
Advindo de aquisição de controlada	-	-	1.880	-
Pagamento de principal	(412.590)	(1.433.953)	(412.590)	(1.434.097)
Pagamento de juros	(53.157)	(214.018)	(53.157)	(214.029)
Juros provisionados	49.714	180.742	49.714	180.759
Hedge de valor justo	(1.378)	(12.528)	(1.378)	(12.528)
Saldo final	454.087	871.498	455.967	871.498

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Vencimento	Consolidado	Consolidado
2019	130.685	130.743
2020	307.588	309.410
2021	7.907	7.907
2022	7.907	7.907
Total	454.087	455.967

Covenants

A 7ª Emissão de Debêntures possui cláusula restritiva (“*covenants*”) equivalente à manutenção da relação “Dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustado” não superior a 3,0 vezes.

Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. A métrica de cálculo utilizada para o EBITDA ajustado segue a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, deduzido de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário, conforme escritura das debêntures e divulgados na nota explicativa 29.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia estava adimplente à cláusula restritiva (“*covenants*”) descrita acima.

Notas Explicativas



20. Receita diferida

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Receita diferida com terceiros:		
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	122.283	157.552
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	109.000	121.500
Outros contratos	-	2.409
	231.283	281.461
Receita diferida com partes relacionadas:		
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	121.854	132.942
Contrato de exclusividade com a Luizaseg(a)	77.000	96.000
	198.854	228.942
Total de receitas diferidas	430.137	510.403
Passivo circulante	39.157	41.566
Passivo não circulante	390.980	468.837

(a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 330.000 no caixa da Companhia. Desse montante, R\$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizacred, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizacred. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

(b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação” junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd (“Lojas do Baú”). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

Notas Explicativas



21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Política contábil

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	246.122	16.173	34.843	297.138
Adições	75.169	7.500	4.401	87.070
Reversão	-	(2.840)	-	(2.840)
Pagamentos	(6.942)	(5.862)	(5.318)	(18.122)
Atualizações	14.198	-	-	14.198
Saldos em 31 de dezembro de 2018	328.547	14.971	33.926	377.444

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	249.906	16.339	35.289	301.534
Adições	75.169	8.027	5.174	88.370
Adições advinda de comb.negócio	9.111	-	-	9.111
Reversão	(3.784)	(3.223)	(448)	(7.455)
Pagamentos	(6.942)	(5.962)	(5.499)	(18.403)
Atualizações	14.198	-	-	14.198
Saldos em 31 de dezembro de 2018	337.658	15.181	34.516	387.355

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) **Processos tributários**

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 perfaz R\$ 50.562 (R\$ 42.969 em 31 de dezembro de 2017), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 perfaz R\$ 117.278 (R\$ 62.085 em 31 de dezembro de 2017) e tributos municipais no montante de R\$ 61 (R\$ 59 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas adquiridas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 perfaz R\$ 169.395 (R\$ 141.009 em 31 de dezembro de 2017). Os tributos estaduais não apresentaram provisões em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.784 em 31 de dezembro de 2017) e os tributos municipais, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 perfaz R\$ 362 e não apresentava saldos em 2017.

Notas Explicativas



b) Processos cíveis

A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R\$ 15.181 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 16.339 em 31 de dezembro de 2017), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

c) Processos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$ 34.516 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 35.289 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais no montante de R\$ 349.239 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 310.901 em 31 de dezembro de 2017).

d) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfazem, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 1.360.610 (R\$ 963.786 em 31 de dezembro de 2017), já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 475.383 (R\$ 423.877 em 31 de dezembro de 2017) e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.401 (R\$ 1.309 em 31 de dezembro de 2017).

Dentre as principais ações de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo Judicial em que a Companhia discute a violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção das Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção. Segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remotas; (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos ou divergências de ICMS; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a majoração da alíquota RAT; (vi) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, informa ainda que acompanha a evolução de todas as discussões periodicamente de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e

Notas Explicativas



trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

e) Processos de natureza ativa

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destaca-se a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de aproximadamente R\$ 642.215 incluindo atualização monetária (R\$ 620.289 em 31 de dezembro de 2017) de tributos já recolhidos e outras discussões envolvendo créditos de PIS e COFINS em montantes de aproximadamente R\$ 367.175 (R\$ 304.188 em 31 de dezembro de 2017). Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Assim, a Companhia está avaliando com seus assessores jurídicos o levantamento e atualização monetária dos créditos acobertados por suas ações judiciais.

22. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	121.345.657	63,7%
Ações em circulação	67.618.534	35,5%
Ações em tesouraria	1.627.273	0,8%
Total	190.591.464	100,0%

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 50.000.000 ações ordinárias.

a) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R\$ 52.175 (R\$ 37.094 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas



Plano de opção de compra de ações

1ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

Para este Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) tornaram-se elegíveis a receber opções de compra de ações, os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia. Na primeira outorga do Plano, em 5 de janeiro de 2012, foram concedidas 1.274.732 opções pelo preço de exercício a R\$ 13,60.

O Plano vigorará pelo prazo de oito anos a contar da data de outorga do mesmo. As opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o beneficiário permanecesse ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia, entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir: 20% das opções poderiam ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% poderiam ser exercidas a cada ano de vinculação do beneficiário à Companhia. Tais opções quando exercidas são liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Nesta oportunidade, foram outorgadas 1.213.476 opções e foi fixado o preço de exercício em R\$ 9,45. Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura do mesmo, porém deverá ser observado o prazo de carência a seguir: 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro 2015; 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2016 e 25% das opções poderiam ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2017, desde que o beneficiário permanecesse ininterruptamente vinculado à Companhia.

Valor justo

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Premissa	1ª Outorga	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	43,5%	37,9%
Taxa de juros livre de risco	10%	6%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas	R\$6,65	R\$6,06

(a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o turn over médio dos beneficiários do plano.

A tabela a seguir demonstra a movimentação da quantidade de opções de ações e a média ponderada do preço de exercício (MPPE):

	Quantidade	MPPE ¹
Em circulação em 1º de janeiro de 2017	698.920	R\$10,88
exercidas durante o período ²	(1.439.940)	R\$ 11,77
Em circulação em 31 de dezembro de 2017	698.920	R\$ 10,88
exercidas durante o período ²	(319.944)	R\$ 11,14
Em circulação em 31 de dezembro de 2018	378.976	R\$ 10,66

¹Média Ponderada do Preço de Exercício das Opções de Ações: calculada com base nos termos contratuais, sem considerar a correção monetária do preço de exercício.

²O preço médio ponderado das ações na data de exercício das opções foi de R\$ 97,64 em 2018 e R\$ 50,50 em 2017.

Notas Explicativas



Plano de incentivo baseado em ações - “matching de ações”

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017, o novo plano de incentivo atrelado a ações da Companhia. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

No dia 28 de junho de 2017 foi aprovado o primeiro programa relacionado a este plano, que figurará no modelo de “matching de ações”, onde para cada ação ordinária adquirida pelo beneficiário na adesão ao programa, a Companhia outorgará o direito de receber, gratuitamente, 3 ações ordinárias da Companhia. A transferência da propriedade das ações será realizada de acordo com prazo de carência máximo de quatro anos e dez meses a contar de 30 de junho de 2017.

Foram outorgadas o total de 551.448 ações como “matching” aos beneficiários, por adesão ao programa. O valor justo das ações outorgadas foi estimado na data de concessão do direito aos beneficiários, tendo por base o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia negociadas na BMF&BOVESPA (B3), ou seja, R\$ 31,06.

No dia 28 de março de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração o 2º programa de “matching de ações”, onde foram outorgadas 292.293 ações aos beneficiários, no mesmo formato do 1º programa, sendo que a transferência da propriedade das ações será realizada de acordo com o prazo de carência máximo de cinco anos, a contar da data de outorga - 05 de abril de 2018. Nessa mesma reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o 1º programa de ações restritas, onde a Companhia transferirá o total de 66.968 ações aos beneficiários durante o prazo de carência de 3 anos a contar da data de outorga - 05 de abril de 2018. O valor justo das ações outorgadas em ambos os programas foi estimado na data de concessão do direito aos beneficiários, tendo por base o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia negociadas na B3, ou seja, R\$ 98,42.

Os efeitos das transações com pagamento baseado em ações foram registrados no resultado do exercício pelo valor justo de cada plano, resultando em uma despesa no montante de R\$ 17.673 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 9.836 em 31 de dezembro de 2017).

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$ 65.645 (R\$ 39.922 em 31 de dezembro de 2017).

c) Ações em tesouraria

Em 22 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a criação do programa de recompra de ações no montante de 3.000.000 de ações. A partir deste programa até o encerramento do exercício a Companhia adquiriu 868.400 ações ao custo médio de R\$ 101,32 e montante de R\$ 87.984.

Notas Explicativas



No exercício de 2018, ocorreu a realização de plano de opção de ações com ações em tesouraria no montante de R\$ 14.924.

d) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 12 de março de 2018 foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos no montante de R\$ 50.000, em adição aos R\$ 75.000 já declarados aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, relacionadas a competência 2017.

Em 21 de dezembro de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 112.000. Adicionalmente a Companhia propõe distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 70.000.

e) Reservas de lucros

Na rubrica de Reserva de lucros estão imputados os efeitos da adoção inicial do IFRS 09 e IFRS 15, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

Assim, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia tem registrado na rubrica de Reservas de lucros:

Período	Reserva de reforço para capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucro
2018	395.560	151.290	546.850
2017	220.072	68.299	288.371

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 5.331 (R\$ 2.659 em 31 de dezembro de 2017).

f) Lucro por ação

Os cálculos dos lucros por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	2018	2017	2018	2017
Média das ações ordinárias	190.591.464	178.858.131	190.591.464	178.858.131
Efeito das ações em tesouraria	(1.627.273)	(2.279.966)	(1.627.273)	(2.279.966)
Efeito diluidor de ações (a)	-	-	1.466.134	1.407.480
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	188.964.191	176.578.165	190.430.325	177.985.645
Lucro líquido	597.429	389.022	597.429	389.022
Lucro por ação em Reais	3,162	2,203	3,137	2,186

a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima

23. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente.

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços:

- a) é apurada pela intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- b) é apurada pela prestação de serviços relacionadas a integração e gestão entre lojistas e marketplaces.

As receitas de prestações de serviços são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia.

Administração de consórcios: na controlada Luiza Administradora de Consórcios, a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta:				
Varejo - revenda de mercadorias	17.863.053	13.528.956	18.016.152	13.621.626
Varejo - prestações de serviços	796.567	587.878	802.153	628.840
Outros serviços	-	-	78.208	70.638
	18.659.620	14.116.834	18.896.513	14.321.104
Impostos e devoluções:				
Varejo - revenda de mercadorias	(3.178.321)	(2.242.903)	(3.204.322)	(2.256.566)
Varejo - prestações de serviços	(95.562)	(74.904)	(95.623)	(75.002)
Outros serviços	-	-	(6.124)	(5.286)
	(3.273.883)	(2.317.807)	(3.306.069)	(2.336.854)
Receita líquida de vendas	15.385.737	11.799.027	15.590.444	11.984.250

24. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos:				
Das mercadorias revendidas	(10.941.965)	(8.305.003)	(11.031.074)	(8.346.305)
De outros serviços	-	-	(21.948)	(31.934)
	(10.941.965)	(8.305.003)	(11.053.022)	(8.378.239)

25. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal (a)	(1.562.569)	(1.300.414)	(1.572.662)	(1.306.747)
Despesas com prestadores de serviços	(839.500)	(582.760)	(866.042)	(603.788)
Outras	(819.741)	(683.232)	(851.497)	(708.958)
Total	(3.221.810)	(2.566.406)	(3.290.201)	(2.619.493)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Classificados por função como:</u>				
Despesas com vendas	(2.713.474)	(2.095.278)	(2.747.447)	(2.119.953)
Despesas gerais e administrativas	(557.944)	(503.352)	(596.143)	(536.026)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 26)	49.608	32.224	53.389	36.486
Total	(3.221.810)	(2.566.406)	(3.290.201)	(2.619.493)

(a) A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, cheque-mãe, além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22. A despesa proveniente de tais benefícios, registrada no exercício de 2018 foi de R\$ 196.259 para a controladora (R\$ 133.742 em 2017) e R\$ 197.136 para o consolidado (R\$ 134.275 em 2017). Adicionalmente, a Companhia oferece plano de aposentadoria complementar para todos os seus colaboradores. Esta previdência complementar está inserida na modalidade de contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. A contribuição da Companhia corresponde a 0,20% do salário dos colaboradores participantes, podendo ser suspensa a qualquer tempo, desde que com aviso prévio aos participantes. Em 2018 e 2017, respectivamente, as contribuições montaram em R\$ 398 e R\$ 366. Os participantes podem fazer contribuições voluntárias, descontadas em folha, não havendo contrapartida da Companhia.

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

26. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ganho (perda) na venda de ativo imobilizado	(88)	2.875	(88)	2.875
Apropriação da receita diferida (a)	76.947	42.820	76.947	42.820
Efeitos tributários não recorrentes	(14.113)	(9.790)	(10.331)	(6.096)
Despesas não recorrentes (b)	(13.207)	(3.331)	(13.207)	(3.331)
Outros	69	(350)	68	218
Total	49.608	32.224	53.389	36.486

(a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de direitos de exploração, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20. A variação observada entre a apropriação nos exercícios de 2018 e 2017 refere-se ao atingimento de determinadas metas dos contratos com as empresas Cardiff e Luizaseg.

(b) Gastos referentes a despesas pré-operacionais de lojas.

27. Resultado financeiro

Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. Adicionalmente, a Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Juros de vendas de garantia estendida	72.964	51.410	72.964	51.410
Rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários	24.370	62.193	8.771	12.937
Juros de vendas de mercadorias - juros por atrasos nos recebimentos	5.678	4.206	5.678	4.206
Descontos obtidos e atualizações monetárias	45.126	40.219	45.126	40.219
Outros	1.390	1.335	1.390	1.335
	149.528	159.363	133.929	110.107
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	(50.163)	(198.851)	(50.163)	(198.868)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(303.956)	(273.286)	(305.422)	(274.970)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(26.271)	(10.534)	(26.271)	(10.534)
Outros	(46.156)	(36.210)	(46.761)	(36.556)
	(426.546)	(518.881)	(428.617)	(520.928)
Resultado financeiro líquido	(277.018)	(359.518)	(294.688)	(410.821)



Notas Explicativas

28. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*);

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; e serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Logbee.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstrações do resultado

	2018					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminações (b)	
Receita bruta	18.830.718	1.001.088	237.475	80.137	(1.252.905)	18.896.513
Deduções da receita	(3.299.945)	-	-	(6.124)	-	(3.306.069)
Receita líquida do segmento	15.530.773	1.001.088	237.475	74.013	(1.252.905)	15.590.444
Custos	(11.031.074)	(91.577)	(19.376)	(34.361)	123.366	(11.053.022)
Lucro bruto	4.499.699	909.511	218.099	39.652	(1.129.539)	4.537.422
Despesas com vendas	(2.747.312)	(366.435)	(181.875)	(2.064)	550.239	(2.747.447)
Despesas gerais e administrativas	(568.552)	(12.577)	(18.067)	(27.591)	30.644	(596.143)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(59.737)	(418.910)	-	-	418.910	(59.737)
Depreciação e amortização	(163.294)	(5.926)	(4.725)	(396)	10.651	(163.690)
Equivalência patrimonial	65.294	-	-	-	(7.537)	57.757
Outras receitas operacionais	53.394	(16.918)	(4.670)	(5)	21.588	53.389
Receitas financeiras	131.536	-	16.690	2.393	(16.690)	133.929
Despesas financeiras	(428.430)	-	(59)	(187)	59	(428.617)
Imposto de renda e contribuição social	(185.169)	(44.920)	(11.461)	(4.265)	56.381	(189.434)
Lucro líquido do período	597.429	43.825	13.932	7.537	(65.294)	597.429

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial Outros serviços (Nota 14)	7.537
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 15)	43.825
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 15)	13.932
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	65.294
(-) Efeito de eliminação Outros serviços	(7.537)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	57.757

a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos e Integra Commerce. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das



Notas Explicativas

operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

Demonstrações do resultado

	2017					Consolidado
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminações (b)	
Receita bruta	14.262.501	844.256	197.801	70.638	(1.054.092)	14.321.104
Deduções da receita	(2.331.568)	-	-	(5.286)	-	(2.336.854)
Receita líquida do segmento	11.930.933	844.256	197.801	65.352	(1.054.092)	11.984.250
Custos	(8.358.340)	(91.812)	(21.793)	(31.934)	125.640	(8.378.239)
Lucro bruto	3.572.593	752.444	176.008	33.418	(928.452)	3.606.011
Despesas com vendas	(2.119.953)	(350.592)	(135.006)	-	485.598	(2.119.953)
Despesas gerais e administrativas	(510.753)	(2.482)	(20.119)	(25.273)	22.601	(536.026)
Resultado da provisão com créditos de liquidação duvidosa	(41.921)	(273.321)	-	-	273.321	(41.921)
Depreciação e amortização	(142.687)	(5.963)	(4.654)	(372)	10.617	(143.059)
Equivalência patrimonial	93.661	-	-	-	(7.505)	86.156
Outras receitas operacionais	35.940	(12.023)	(5.948)	546	17.971	36.486
Receitas financeiras	107.101	-	(40)	(208)	3.254	110.107
Despesas financeiras	(520.720)	-	17.208	3.006	(20.422)	(520.928)
Imposto de renda e contribuição social	(84.239)	(39.301)	(10.055)	(3.612)	49.356	(87.851)
Lucro líquido do período	389.022	68.762	17.394	7.505	(93.661)	389.022

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial Outros serviços (Nota 14)	7.505
Equivalência patrimonial Luizacred (Nota 15)	68.762
Equivalência patrimonial Luizaseg (Nota 15)	17.394
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	93.661
(-) Efeito de eliminação LAC	(7.505)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	86.156

(a) O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A. e Época Cosméticos. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e administração de consórcios, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

(b) As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.



Notas Explicativas

Balancos patrimoniais

	2018			
	Varejo(*)	Operações financeiras	Operações De seguros	Outros Serviços
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	549.048	8.671	121	46.796
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	409.111	36.513	219.617	-
Contas a receber	2.053.726	3.797.293	-	1.679
Estoques	2.810.248	-	-	-
Investimentos	395.227	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.298.891	64.078	38.105	1.809
Outros	1.248.382	244.401	34.026	3.277
	8.764.633	4.150.956	291.869	53.561
Passivos				
Fornecedores	4.101.560	-	1.051	3.155
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	454.087	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.931.922	-	-
Operações com cartões de crédito	-	1.737.286	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	233.837	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	377.444	65.654	1.411	800
Receita diferida	430.137	17.020	-	-
Outras	1.098.533	110.812	35.371	12.401
	6.461.761	3.862.694	271.670	16.356
Patrimônio líquido	2.302.872	288.260	20.202	37.205

Conciliação do investimento

Investimentos em controladas

Investimento LAC (Nota 14)	36.542
Investimento Logbee (Nota 14)	8.373
Investimento Softbox (Nota 14)	41.850
	86.765

Investimentos em controladas em conjunto

Investimento Luizacred (Nota 15)	288.260
Investimento Luizaseg (Nota 15)	20.202
	308.462

Total dos investimentos	395.227
(-) Efeito de eliminação	(86.765)
(=) Resultado de investimento consolidado	308.462

(*) Saldos consolidados contemplando Magazine Luiza S.A, Época Cosméticos e Integra Commerce.



Notas Explicativas

Balancos patrimoniais

	2017			
	Varejo(*)	Operações financeiras	Operações De seguros	Outros Serviços
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	373.167	5.648	211	39.540
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	1.259.553	6.251	182.343	-
Contas a receber	1.245.672	2.591.429	-	359
Estoques	1.969.333	-	-	-
Investimentos	341.168	-	-	-
Imobilizado e intangível	1.099.670	69.988	42.855	1.717
Outros	1.118.628	156.157	21.839	3.724
	<u>7.407.191</u>	<u>2.829.473</u>	<u>247.248</u>	<u>45.340</u>
Passivos				
Fornecedores	2.917.836	-	1.595	1.740
Empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros	871.498	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	1.196.675	-	-
Operações com cartões de crédito	-	1.217.662	-	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	203.841	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	300.922	65.091	1.593	612
Receita diferida	510.403	19.092	-	-
Outras	732.555	37.379	22.446	13.167
	<u>5.333.214</u>	<u>2.535.899</u>	<u>229.475</u>	<u>15.519</u>
Patrimônio líquido	<u>2.073.977</u>	<u>293.574</u>	<u>17.773</u>	<u>29.821</u>

Conciliação do investimento

Investimentos em controladas

Investimento LAC (Nota 14) 29.821

Investimentos em controladas em conjunto

Investimento Luizacred (Nota 15) 293.574

Investimento Luizaseg (Nota 15) 17.773

311.347

Total dos investimentos

341.168

(-) Efeito de eliminação LAC (29.821)

(29.821)

(=) Resultado de investimento consolidado 311.347

311.347

(*) Saldos consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A, Época Cosméticos e Integra Commerce.



Notas Explicativas

29. Instrumentos financeiros

As políticas contábeis relacionadas aos Instrumentos Financeiros da Companhia estão aderentes ao IFRS 09/CPC 48, conforme descrito em maiores detalhes no nota explicativa 5 b).

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

A Companhia utiliza a medição não contábil caixa (dívida) líquido ajustado/EBITDA ajustado, o qual, no seu entendimento, representa uma métrica relevante para monitorar o nível de endividamento, pois reflete sua disponibilidade de caixa, líquido das obrigações financeiras consolidadas, considerada sua geração de caixa operacional. A Companhia define o EBITDA como lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e da depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado consiste no valor de EBITDA ajustado por receitas ou despesas extraordinárias. A Companhia entende que a medição do EBITDA Ajustado é necessária para que se entenda o real valor de impacto na geração bruta de caixa, excluindo-se eventos extraordinários. O EBITDA ajustado não é uma métrica de performance adotada pelo IFRS. A definição de EBITDA ajustado da Companhia pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	(454.087)	(871.498)	(455.967)	(871.498)
(+)Caixa e equivalentes de caixa	548.553	370.926	599.087	412.707
(+)Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	409.111	1.259.553	409.325	1.259.553
(+)Cartões de crédito de terceiros	1.477.322	818.154	1.492.316	820.267
(+)Cartões de crédito de partes relacionadas	106.687	42.338	106.687	42.338
Caixa líquido ajustado	2.087.586	1.619.473	2.151.448	1.663.367
Patrimônio líquido	2.302.872	2.073.977	2.302.872	2.073.977

Notas Explicativas



Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora				Consolidado			
		2018		2017		2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e bancos		136.060	136.060	90.560	90.560	138.295	138.295	91.928	91.928
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	1.491.289	540.967	835.088	403.636	1.506.283	552.845	837.201	408.830
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais		540.967	86.948	403.636	57.647	552.845	83.503	408.830	54.428
Contas a receber de partes relacionadas		86.948	106.687	57.647	42.338	83.503	106.687	54.428	42.338
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJR	106.687	408.907	42.338	280.366	106.687	408.907	42.338	320.779
Equivalentes de caixa	VJR	408.907	803	280.366	-	408.907	7.494	320.779	-
Equivalentes de caixa	Custo amortizado	803	11.455	-	10.995	7.494	11.669	-	10.995
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	11.455	397.656	10.995	1.247.180	11.669	397.656	10.995	1.247.180
Títulos e valores mobiliários	VJR	397.656	-	1.247.180	1.378	397.656	-	1.247.180	1.378
Instrumentos Derivativos Ativo	VJR	-	3.180.772	1.378	2.969.188	-	3.213.339	1.378	3.015.057
Total de Ativos financeiros		3.180.772	136.060	2.969.188	90.560	3.213.339	138.295	3.015.057	91.928
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora				Consolidado			
		2018		2017		2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores		4.068.459	4.068.459	2.898.025	2.898.025	4.105.244	4.105.244	2.919.541	2.919.541
Empréstimos e financiamentos		454.087	454.087	818.979	818.979	455.967	455.967	818.979	818.979
Empréstimos e financiamentos	VJR	-	-	52.519	52.519	-	-	52.519	52.519
Contas a pagar a partes relacionadas		125.353	125.353	89.486	89.486	125.383	125.383	89.521	89.521
Total de Passivos financeiros		4.647.899	4.647.899	3.859.009	3.859.009	4.686.594	4.686.594	3.880.560	3.880.560

Mensurações de valor justo

A política de mensuração ao valor justo está apresentada na nota explicativa 3.7. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A mensuração dos ativos e passivos da Companhia, ao valor justo, está demonstrada a seguir:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora		Consolidado		Nível
		2018	2017	2018	2017	
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	1.491.289	-	1.506.283	-	Nível2
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	VJR	106.687	-	106.687	-	Nível2
Equivalentes de caixa	VJR	408.907	291.361	408.907	331.774	Nível2
Títulos e valores mobiliários	VJR	397.656	1.247.180	397.656	1.247.180	Nível2
Instrumentos Derivativos Ativo	VJR	-	1.378	-	1.378	Nível2
Total de Ativos financeiros		<u>2.404.539</u>	<u>1.539.919</u>	<u>2.419.533</u>	<u>1.580.332</u>	
Empréstimos e financiamentos	VJR	-	52.519	-	52.519	Nível2
Total de Passivos financeiros		<u>-</u>	<u>52.519</u>	<u>-</u>	<u>52.519</u>	

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de recebíveis de cartão de crédito é determinado com base em premissas usualmente utilizadas para vendas de ativos similares, considerando os fluxos de caixa descontados por uma taxa de empresas adquirentes.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo



prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Uma três anos	Superior a Três anos	Total
Fornecedores	4.105.244	4.105.244	-	-	4.105.244
Empréstimos e financiamentos	455.967	137.831	336.027	10.701	484.559
Partes relacionadas	125.383	125.383	-	-	125.383
Outras contas a pagar ex-cotistas/sócios	47.638	21.564	20.479	7.770	49.814

Considerações sobre riscos

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços de seguros e financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.887.313 (R\$ 1.066.091 em 31 de dezembro de 2017). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9 - ver nota explicativa 3.2), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$ 7.334 (R\$ 5.346 em 31 de dezembro de 2017), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na nota explicativa 9 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2018, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R\$ 821.604 (R\$ 1.539.919 em 31 de dezembro de 2017) na Controladora e R\$ 870.117 (R\$ 1.580.332 em 31 de dezembro 2017) no Consolidado.

Risco de mercado: decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações



com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio.

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 6,40%. Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras líquidas de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são como segue:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Certificados de depósitos bancários (nota7)	409.710	416.401
Fundos de investimentos não exclusivos (nota7)	2.783	44.391
Equivalentes de caixa	412.493	460.792
Títulos e valores mobiliários (nota8)	409.111	409.325
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	821.604	870.117
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(454.087)	(455.967)
Variação	367.517	414.150
Receita financeira de juros - exposição a CDI		
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:		
Cenário I Provável	(454)	260
Cenário II Aumento 25%	(568)	325
Cenário III Aumento 50%	(682)	390

Gestão de risco de taxa de câmbio: a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

No decorrer do exercício de 2018 a Companhia liquidou todas as suas operações com *hedge*.

30. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos	8.391	11.651	6.298	9.869
Dividendos ou JCP declarados não pagos no exercício	(182.000)	(64.273)	(182.000)	(64.273)
Outras contas a pagar - Ex-Cotistas adquiridas	(46.850)	(1.000)	(46.850)	(1.000)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJORA	(36.219)	-	(36.219)	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJR	(768)	-	(768)	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - Controlada em conjunto	(56.816)	-	(56.816)	-
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - efeito do IR/CS	12.576	-	12.576	-
Variação de valor justos de instrumentos financeiros disponíveis para venda	2.673	1.457	2.673	1.457

31. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são assim demonstradas:

	2018	2017
Responsabilidade civil e D&O	70.000	65.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado	2.925.028	2.402.335
Veículos	22.872	14.162
	3.017.900	2.481.497

32. Arrendamentos compromissados

Política contábil

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações contábeis como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é



mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

Arrendamento mercantil operacional - contratos de aluguel

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A. e PJD Agropastoril Ltda.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de cinco anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 954 lojas (858 lojas em 2017) e 12 Centros de Distribuição (10 Centros de Distribuição em 2017) alugados. Para estes contratos de aluguel, foram registradas despesas no montante de R\$ 341.933 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 302.458 em 31 de dezembro de 2017).

Os compromissos futuros oriundos destes contratos, atualizados monetariamente, montam, nos próximos cinco anos:

Ano	Valor
2019	390.559
2020	406.373
2021	423.365
2022	442.411
2023	463.370
Total	2.126.078

Contratos de arrendamento mercantil financeiro

	Pagamentos mínimos	
	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Em até um ano	1.214	8.900
Entre dois e cinco anos	-	770
	1.214	9.670
Menos: resultado financeiro não incorrido	(159)	(444)
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.055	9.226

Os valores dos ativos, líquidos de depreciação acumulada, adquiridos por arrendamento mercantil financeiro estão demonstrados a seguir:

Categoria dos ativos	2018	2017
Software	2.689	8.192
Máquinas e equipamentos	6.597	7.034
Computadores e periféricos	634	1.394
Veículos	374	1.194
Outros	177	223
Total	10.471	18.037

Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução destes ativos ao seu valor de recuperação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Magazine Luiza S.A.

Franca - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magazine Luiza S.A. em 31 de dezembro de 2018 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Discussões tributárias – Controladora e consolidado

Veja as Notas 12 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária. Esse assunto exige da Companhia e de seus assessores jurídicos julgamento significativo na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento de ativos e passivos, valores envolvidos, da probabilidade de êxito dessas discussões, e mensuração e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes. Em função da complexidade do assunto e do ambiente tributário no Brasil, mudanças nos julgamentos efetuados pela Companhia ou nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar os montantes reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, e mensuração e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários, incluindo a avaliação do julgamento exercido pela Companhia.

Envolvemos especialistas em impostos e em assuntos legais na análise de opiniões legais preparados pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, quando aplicável, bem como por meio da obtenção de confirmações externas junto aos assessores legais externos da Companhia. Avaliamos as provisões reconhecidas, mensuração dos ativos fiscais reconhecidos e se as divulgações dos ativos e passivos contingentes efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetaram a mensuração dos ativos fiscais os quais foram registrados pela administração.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e as divulgações sobre as provisões, passivos contingentes, ativos fiscais e ativos contingentes tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita no final do exercício – Controladora e consolidado

Veja a Nota 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As receitas da Companhia derivam essencialmente de venda de mercadorias, que é geralmente reconhecida após o faturamento e saída das mercadorias dos estabelecimentos e que envolve operações de montantes relevantes, pulverizadas, descentralizadas e que ocorrem em grande volume. O processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício envolve julgamento pela Companhia na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Eventuais falhas nesses controles podem impactar a mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício e, conseqüentemente, o montante reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício.

Analisamos os prazos médios de entrega utilizados pela Companhia na estimativa do cálculo de vendas faturadas e não entregues no fechamento do exercício e comparamos com os prazos médios das vendas efetuadas no final do exercício, em base amostral. Avaliamos ainda a divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa abordagem de auditoria e, conseqüentemente, ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação das receitas reconhecidas, os quais foram registrados pela administração.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai

Contadora CRC 1SP249703/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

O Conselho Fiscal do Magazine Luiza S.A., em conformidade com as atribuições dispostas no artigo 163 da Lei 6.404/76, e no artigo 5.1, item (vii), do Regimento Interno do Conselho Fiscal, examinou as Demonstrações Financeiras reemitidas pela Companhia, relativas ao exercício findo em 31/12/2018. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho abaixo assinados concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

Conselheiros:

José Antônio Palamoni

Walbert Antônio dos Santos

Eduardo Christovam Galdi Mestieri

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance do Magazine Luiza S.A., em cumprimento às disposições legais, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base na revisão mencionada e considerando, ainda, as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, recebidos no decorrer do exercício, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras (incluindo notas explicativas) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

Membros:

Carlos Renato Donzelli

Marcelo José Ferreira e Silva

Paulo Antônio Baraldi

Fabício Gomes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Os Diretores do Magazine Luiza S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 47.960.950/0001-21, declaram para os fins do disposto no artigo 25, §1º, V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

- i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018; e
- ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

Magazine Luiza S.A.

A Diretoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Os Diretores do Magazine Luiza S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 47.960.950/0001-21, declaram para os fins do disposto no artigo 25, §1º, V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

- i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018; e
- ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

Magazine Luiza S.A.

A Diretoria